

## QUEIMANDO-LATA: SEM EIRA, NEM BEIRA\*

Maria Aparecida Moraes SILVA\*\*  
Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE\*\*  
José Luís BIZELLI\*\*\*  
Carlos Augusto MORAES E ARAUJO\*\*\*

---

*RESUMO: O artigo analisa a forma de exploração do trabalho dos queima-latas na agricultura paulista, discutindo a trajetória da sua migração e as condições de sua reprodução.*

*UNITERMOS: Capitalismo e agricultura; proletariado rural; unidade camponesa e capitalismo.*

---

### INTRODUÇÃO

Assiste-se no Brasil, nos últimos anos, a uma intensa mobilidade espacial da força de trabalho, sobretudo daquela empregada na agricultura, em virtude do desenvolvimento diferenciado do capitalismo.

Até os anos 50, a tendência era a preservação da imobilidade da força de trabalho no interior das fazendas através das relações predominantes no regime do colonato e do morador de condição. A partir de então, a tendência foi o estiolamento destas relações, com o aparecimento do trabalhador móvel para atender às novas necessidades do capital. Rompem-se as formas “impuras” de exploração da força de trabalho (colonos, moradores, parceiros, pequenos proprietários etc.) e surge a forma “pura” do trabalhador livre possuidor da mercadoria força de traba-

lho para ser vendida livremente no mercado. Este processo de desenvolvimento do capitalismo no campo foi acompanhado da expropriação, pela violência aberta ou não, das condições objetivas de produção — a propriedade ou a posse da terra, dos meios e instrumentos de trabalho — que garantiam a produção da subsistência destes trabalhadores.

Esta mudança das relações de produção foi o produto do processo de industrialização da agricultura pelo qual se realizou a integração da agricultura à indústria. Muda-se a maneira de produzir através de novas combinações entre força de trabalho e meios de trabalho. Eleva-se a composição orgânica do capital com a diminuição relativa do capital variável. Diminui-se o tempo de trabalho necessário com o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Embora os mé-

---

\* A expressão “queima-latas” advém do fato dos trabalhadores originários de outras regiões do país — no caso específico de Caculé (BA) e Minas Novas (Vale do Jequitinhonha — MG) — prepararem sua alimentação em latas de óleo ou de querosene, que, por possuírem uma espessura fina, freqüentemente, provocam a queima da comida e da lata. A expressão foi incorporada ao vocabulário popular, passando a designar o ato do preparo rápido e sem cuidado da comida.

\*\* Departamento de Sociologia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

\*\*\* Mestrando do Curso de Pós-Graduação da Área de Concentração em Sociologia Urbana e Rural — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

todos de expropriação do excedente continuam se baseando na mais-valia absoluta, é a mais-valia relativa que se torna predominante e determinante deste processo.

Um dos efeitos mais imediatos foi o despovoamento do campo. Segundo dados censitários, a população rural brasileira, que em 1940 era de 28.356.133, atinge a cifra de 38.619.797 em 1980, enquanto a população urbana passa de 12.880.182 para 80.479.195. No Estado de São Paulo houve um acentuado declínio da população rural neste período. De 4.012.205 habitantes em 1940, apenas 2.845.368 foram registrados em 1980 na área rural.

O êxodo rural foi seguido do crescimento desmesurado de algumas cidades, onde se concentraram os grandes bolsões de miséria do país. Certos contingentes desta força de trabalho expulsa continuaram sendo trabalhadores rurais, mas, moradores das cidades, fenômeno típico das cidades pequenas e médias do Estado de São Paulo.

Apesar de ter sido esta a tendência geral do desenvolvimento do capitalismo no campo, nestes últimos anos, percebe-se que o processo de destruição das formas de produção e das relações não capitalistas não só não se completou, como também novas contra tendências estancaram, ou, pelo menos, ofereceram resistência a ele. Não houve uma nivelção, uma homogeneização dos espaços por onde o capital avançou. O capital não pode ser comparado a uma máquina niveladora que amolda tudo à sua imagem e semelhança. Se alguns espaços são destruídos, outros são conservados, ou até mesmo recriados.

É justamente no bojo deste processo de destruição-conservação-recriação que se articulam as relações sociais e, conseqüentemente, as lutas e os conflitos de resistência, imprimindo uma diferenciação aos diferentes espaços, fruto da dominação e da reprodução do capital. O ato da

reprodução do capital transforma não apenas as condições objetivas — novos produtos, nova maneira de produzir, novas formas de apropriação da terra —, mas determina mudanças nas relações sociais. Surgem outras concepções, outras idéias refletindo as novas condições materiais de vida.

Este processo de destruição-conservação-recriação é constituído e constituinte do processo de reprodução do capital no seu conjunto e é, por sua vez, resultado e causa do processo histórico de transformação.

É neste contexto que procuraremos entender as formas de exploração do trabalho dos “queima-latas” na região de Ribeirão Preto (SP), particularmente no Município de Altinópolis, caracterizada como uma área de agricultura capitalista, privilegiando como eixo de análise não as relações de produção (19), mas as relações de reprodução.

Estas relações de reprodução se referem, de um lado, à maneira pela qual o capital se reproduz nesta agricultura, e, de outro, às determinações que são impostas às formas específicas de reprodução destes trabalhadores originários e pertencentes a outras formas de produção. Estas formas de produção não são meros apêndices da agricultura capitalista, na medida em que são depositárias desta força de trabalho exigida temporariamente. Elas se reproduzem através das determinações e mediações impostas pelo capital. É neste sentido que, para o capital, interessa muito mais a conservação destas unidades como provedoras do exército de reserva que funcionam como elementos imprescindíveis para a manutenção e reprodução desta força de trabalho, requerida pelo capital em alguns meses do ano. A conservação destas formas permite ao capital diminuir os gastos com a sua parte variável, o que eleva a taxa de exploração, uma vez que ele assume, apenas parcialmente, a reprodução desta força de trabalho. Isto

faz com que o seu valor fique reduzido ao tempo necessário para produzir as mercadorias que entram apenas na reconstituição da força de trabalho, isto é, daquelas indispensáveis para que o trabalhador se reconstitua enquanto força, enquanto vendedor desta força. Os gastos com a manutenção e reprodução da família e com a formação desta força de trabalho não são incluídos.

Além disso, despesas com a moradia e transportes, durante a fase da inserção no processo produtivo, são infinitamente reduzidas graças aos barracões construídos nas fazendas para abrigar coletivamente estes trabalhadores e à assunção por eles próprios dos gastos com o transporte dos seus locais de origem até as fazendas (mais ou menos 1.000km de distância).

A ênfase na análise das relações de reprodução exige a compreensão de duas questões fundamentais:

— das condições histórico-concretas destas formas de produção que permitiram e continuam, ainda, permitindo o fornecimento de mão-de-obra para a agricultura capitalista;

— das novas formas de resistência surgidas no seio destas unidades, o que redireciona a sua reprodução mediada pelo capital.

Estas duas questões, se respondidas, dar-nos-ão os elementos necessários à compreensão do modo pelo qual o processo de dissolução-conservação-reativação realiza-se como um processo constitutivo da reprodução do capital.

#### A UNIDADE CAMPONESA: O PONTO DE PARTIDA

É do consenso geral dos autores que tratam das “questões agrárias”, que as pequenas unidades de produção não são homogêneas, existindo entre elas uma diferenciação relativa ao nível das forças produtivas, do processo de trabalho, do volume da produção, da produtividade do trabalho e do nível social.

As análises de Lénin ressaltam tais diferenciações ao mostrarem que ela é fruto da penetração do capitalismo no campo, cuja tendência é uma parte dos camponeses se capitalizar e a outra se proletarizar. Haveria aí, o processo de “decomposição dos camponeses”, através do qual o capitalismo conduziria à destruição da agricultura camponesa. Para Lénin, esta destruição seria imprescindível para que houvesse o aumento do mercado interno. “A diferenciação dos camponeses cria um mercado interno para o capitalismo. No grupo inferior, cria-se um mercado para os objetos de consumo... A formação e o desenvolvimento da burguesia camponesa criam o mercado de duas maneiras: de um lado... há a criação de um mercado para os meios de produção... De outro lado, há, igualmente, a criação de um mercado para o consumo pessoal...” (10:160).

As análises de Kautsky conduzem ao mesmo raciocínio. “O movimento da agricultura é ... diferente do movimento do capital industrial ou comercial... Na agricultura a tendência à centralização das explorações não leva ao desaparecimento total da pequena exploração, mas, onde ela se torna dominante, ela produz a tendência contrária, isto é, a tendência à centralização e a tendência ao esfacelamento realizam-se alternadamente. Percebemos agora que as duas tendências podem ocorrer simultaneamente. Vemos aumentar o número das pequenas explorações cujos proprietários aparecem no mercado como proletários... sua propriedade fundiária não possui mais importância para o mercado e eles só produzem para o consumo”. (9:265).

Marx, no livro III de O Capital, parte de uma categoria pura de agricultura capitalista na qual os pequenos camponeses foram despojados de seus meios de produção. “Se o modo capitalista de produção, em geral, expropria os operários dos seus meios de trabalho, na agricultura ele supõe que os operários agrícolas são ex-

propriados do solo e submetidos a um capitalista que pratica a agricultura para daí retirar um lucro”. (13:7-8). Marx prossegue com este raciocínio, mais adiante, ao afirmar que (a) “objeção que existiu e que ainda existe é que outras formas de propriedade fundiária e de agricultura não apresentam nenhum interesse para o nosso desenvolvimento”. (13:186).

No capítulo sobre a Gênese da Renda Fundiária Capitalista, Marx adianta as causas do desaparecimento da agricultura camponesa: o desaparecimento da indústria doméstica, o empobrecimento e esgotamento progressivo do solo, a usurpação das propriedades comunais que funcionam como complemento da propriedade individual, a concorrência da grande agricultura capitalista e outros (13).

A destruição das unidades camponesas é ressaltada por Marx, Lênin, Kautsky como decorrência do desenvolvimento do capitalismo, processo que engendra a formação de um proletariado agrícola.

A realidade concreta de muitos países tem demonstrado, no entanto, que este processo de destruição não se efetivou, havendo, aí, a permanência da pequena unidade de produção.

Diante dessa situação gerada pelas novas formas de acumulação do capital numa fase mais recente, sobretudo a partir da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, muitos autores (6, 7, 17 e 20) revisaram as análises dos clássicos marxistas na tentativa de propor novas teorias explicativas sobre a permanência destas pequenas unidades de produção e suas relações com o M.P.C. Novos modelos teóricos — a integração da agricultura à indústria, a articulação da pequena agricultura à indústria, a industrialização da agricultura — resgataram o processo de recriação e de reestruturação destas unidades pelo M.P.C.

Nesta corrente de análise, MOLLARD (17:27) procura redefinir o conceito de exploração do trabalho, na medida em que não é preciso ser assalariado para ser ex-

plorado pelo capital. A sua análise está centrada na exploração do trabalho camponês, que matém a propriedade dos meios de produção, pelo capital. Segundo ele, este conceito permite entender não apenas o porquê da permanência da unidade camponesa, como também o da industrialização — regressão da agricultura.

As análises destes autores pertinentes à realidade francesa, onde a agricultura camponesa é dominante, têm uma importância fundamental para o avanço do debate teórico sobre a pequena produção no M.P.C., na medida em que ela não é mais vista como anomalia, ou como simples sobrevivência de um Modo de Produção anterior, mas como uma forma conservada, e recriada pelo capital. Estas análises permitem também o estudo dos novos limites e resistências destas unidades frente ao M.P.C.

No tocante ao nosso caso concreto, há uma diferenciação em relação à realidade acima mencionada que pode ser dimensionada por dois elementos fundamentais:

— pela existência de uma agricultura capitalista integrada à indústria — no sentido de que a agricultura é ao mesmo tempo compradora e vendedora de produtos para a indústria. Esta agricultura define-se pela grande agricultura capitalista que sofreu várias transformações no processo de trabalho e nas relações de produção, nas últimas décadas;

— pela persistência de pequenas unidades de auto-subsistência, situadas geograficamente fora do espaço desta agricultura capitalista.

A relação entre estas duas unidades dá-se, à primeira vista, pela absorção da mão-de-obra sobrando desta última forma pela primeira, durante alguns meses do ano, sobretudo, nos períodos de colheita. Aparentemente, seria uma relação temporária correspondente ao “salário complemento” ou “trabalho acessório” dos camponeses na agricultura capitalista.

Todavia, uma análise mais aprofundada é capaz de mostrar que esta temporalidade repete-se todos os anos e que os lugares de atração desta mão-de-obra são sempre os mesmos, havendo, assim, uma racionalidade no processo de absorção desta força de trabalho pelo capital.

Esta força de trabalho não se configura como pertencente a trabalhadores livres. Em outros termos, os camponeses só se transformam em vendedores de força de trabalho, durante o momento em que estão engajados no processo produtivo capitalista. Nas suas unidades produtivas eles não são força de trabalho, entendida como mercadoria.

Marx demonstrou em *O Capital*, que, para o capitalista não interessa o trabalhador, mas o trabalho e, se este trabalhador pudesse ser substituído pelo vento ou pela água pouco importaria. O trabalho abstrato é o predominate no processo produtivo capitalista. A presença do trabalhador livre no mercado de força de trabalho era a premissa fundamental para a exploração capitalista.

Vemos, portanto, que estamos diante de uma nova realidade concreta: estes camponeses não são trabalhadores livres, mas são explorados pelo capital e há o interesse do capital em conservá-los como camponeses e não expropriá-los totalmente de suas condições objetivas. É justamente e paradoxalmente a conservação destas condições objetivas que permite ao capital as formas de exploração desta força de trabalho, que lhe garantem aumentar as taxas de mais-valia.

Mesmo que, a longo prazo, a proletarianização destes camponeses configure-se como tendência, o importante é verificar como a reprodução do capital determina e redireciona a reprodução destas unidades e como elas se reestruturam para resistir a este processo.

O nosso objetivo não é o de apontar para a desagregação destas unidades, mas o de tentar analisar que esta desagregação

constitui-se num processo que engendra o seu contrário — a conservação — através das relações sociais que se desenvolvem entre as duas unidades produtivas. Este processo contraditório traduz-se pelas próprias necessidades de reprodução do capital, podendo expressar-se nas lutas de resistência dos camponeses.

Somente a análise das relações de reprodução nos permitirá a compreensão da forma de exploração destes camponeses pelo capital, isto é, como a conservação parcial dos meios de produção de sua subsistência garante a exploração de seus proprietários pelo capital.

Vimos que as análises de Lênin, Marx e Kautsky apontam, no seu conjunto, para o processo de destruição destas pequenas unidades com a transformação dos camponeses em proletários. Os autores franceses verificam como o capital apropria-se dos excedentes produzidos nestas unidades, sem a transformação necessária dos seus proprietários em trabalhadores livres, já que eles conservam a propriedade, mas não se apropriam realmente dos excedentes produzidos.

No nosso caso concreto, não há apropriação do excedente, via mercado, porque estas unidades são, em sua maioria, de auto-subsistência. *Portanto, a apropriação não se dá através de mercadorias que contêm o trabalho excedente dos camponeses, mas através do tempo de trabalho excedente, ou-seja, da mais-valia, pela agricultura capitalista e também pela apropriação do tempo de trabalho, renda-trabalho, produzido pelos demais membros da unidade camponesa.*

Esta dupla apropriação do tempo de trabalho dos membros da unidade familiar — uns diretamente explorados através do assalariamento e outros enquanto trabalhadores da própria unidade camponesa — redefinirá a lógica da sua reprodução e a do capital, demonstrando como a exploração do trabalho camponês não se

dá apenas temporariamente, mas sim de uma forma permanente.

Em outros termos, o conceito de exploração não pode restringir-se ao processo imediato da produção, mas deve necessariamente incluir o da reprodução, uma vez que estes dois momentos acham-se articulados pela reprodução do capital.

No decorrer deste trabalho, tentaremos discutir as afirmações anteriores, através da análise das formas de reprodução dos queima-latas no ponto de partida — nas unidades camponesas — e no ponto de chegada — a unidade capitalista.

## A FACE OCULTA DA EXPLORAÇÃO

Os dados dos quais dispomos, neste momento, são referentes aos depoimentos dos camponeses de Minas Novas e Caculé, colhidos no mês de junho de 1985, em duas fazendas no Município de Altinópolis. O nosso objetivo era coletar informações sobre a história de vida destes camponeses dentro dos quadros de uma pesquisa exploratória, que servisse de elemento para a elaboração de um projeto de pesquisa posterior.

Além destes depoimentos, contamos com dados secundários dos censos e referências bibliográficas (8, 21) sobre os mineiros de Minas Novas.

Assim sendo, faltam-nos elementos mais definidos, os quais pretendemos obter, dando continuidade a este trabalho, através de uma pesquisa empírica “in loco” nestas duas regiões, programada no projeto mencionado. No entanto, com base no material disponível, foi-nos possível compreender a dinâmica das relações sociais dos dois grupos ligadas às suas reais condições de vida.

O Município de Minas Novas situa-se no Vale do Jequitinhonha, no NE do Estado de Minas Gerais, definido como uma área que abriga os maiores bolsões de pobreza do País, como o “Vale da Morte”, da “pobreza absoluta”, uma região que

serviu de justificativa para a implantação dos Planos do Estado e do grande capital, nos últimos anos. A necessidade de levar até ela o progresso e o desenvolvimento foi tema freqüente do discurso governamental.

Antes da utilização destes indicadores de “pobreza”, tentaremos analisar as formas de organização sócio-econômica aí existentes e as transformações ocorridas a partir da implantação dos Planos.

A história desta região sofreu profundas transformações a partir do final da década de 70, quando vários Planos governamentais passaram a interferir na sua organização produtiva. Em 1980, entrou em funcionamento o Programa MGII (21), no qual o Município de Minas Novas foi inserido. Este programa incentivou o PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado) que procurava integrar pela primeira vez sistematicamente a pequena unidade de produção na região (21:37). O Programa MGII contou com recursos do Banco Mundial (33%), do Governo Estadual (34%) e do Governo Federal (33%). Os objetivos gerais do Programa eram: conter as correntes migratórias, combater a pobreza rural, melhorar as condições de vida da população rural e aumentar a produção e produtividade agropecuária nas pequenas propriedades (21:38).

Tratava-se, no seu conjunto, de um Programa que refletia a ação econômica do Estado em benefício do grande capital, representado pelo Banco Mundial, no sentido de garantir a penetração do capitalismo nesta região, caracterizada, essencialmente, por uma agricultura de auto-subsistência.

Os resultados imediatos da implantação deste Programa foram os seguintes:

— a diferenciação social entre os camponeses. Uma pequena minoria aderiu ao Programa e às suas propostas, enquanto a maioria não “apresenta(va) condições de atingir os requisitos mínimos necessários

para sua incorporação do processo... Enquanto a grande maioria se vê crescentemente proletarizada, através de um processo acelerado de migrações, outra camada se incorpora ao mercado financeiro e de produtos, vinculando a sua produção ao mercado consumidor". (21:51);

— a introdução da economia monetária (política de crédito, de preços de mercado etc.) provocou a ruína de muitos camponeses que foram obrigados a vender as terras ou a se assalariar para saldar as dívidas contraídas com o Banco (21:54);

— incremento do processo de concentração fundiária com o abandono ou venda da terra (21:75);

— aumento da proletarização e das migrações sazonais (21:73);

— modernização da produção com a introdução das atividades de reflorestamento. Em 1980, segundo o Censo Agropecuário, 55.000ha de terra em Minas Novas pertenciam a nove empresas S.A. de reflorestamento, o que correspondia a 50% das terras deste município.

Voll salienta que o papel do Estado foi imprescindível para assegurar a penetração e consolidação do capital nesta região. Interessa-nos discutir o "preço" desta intervenção e desvendar sua face oculta.

Sem a pretensão de resgatar toda a história desta expropriação, vamos analisar os efeitos deste processo sobre a organização sócio-econômica dos camponeses e as novas condições de sua reprodução surgidas no seu bojo.

Os camponeses de Minas Novas acham-se inseridos numa economia de auto-subsistência. Esta economia não se define apenas pela subsistência do produtor e nem se limita ao espaço da unidade de produção. "... a produção de subsistência é a manutenção de um modo de vida que gera e mantém todo um sistema social peculiar. As relações de produção, de vizinhança, de propriedade e de vida são

que garantem a sobrevivência de todo o grupo social — o pequeno produtor e a comunidade onde se dá a reprodução de subsistência" (21:12-13).

Um dos elementos fundamentais desta economia é a apropriação da terra. "A apropriação da terra dá-se de duas maneiras distintas, que na vida prática dos camponeses se complementam. A primeira consiste numa apropriação privada das áreas úmidas das grotas onde estabelecem sua moradia e, a segunda, numa apropriação coletiva das áreas planas e altas das chapadas" (8:88-89).

A propriedade privada é onde se desenvolve a atividade produtiva do camponês, onde ele constrói sua "morada", onde há uma horta, árvores frutíferas, agricultura de alimentos, uma pequena construção para guardar os utensílios de fabricação de rapadura e de farinha de mandioca e uma manga, que é uma pastagem natural cercada (8:89).

A forma de apropriação coletiva corresponde às terras de chapadas que permaneceram, ao longo do tempo, como "não-propriedades, como coletivas ou como em "comum" como dizem. Como decorrência desta prática cultural o usufruto da chapada é coletivo ou socializado" (8:90).

Estas terras comuns funcionam como complemento das terras particulares; aí são praticadas atividades tais como: coleta de frutos, caça, extração de madeiras, plantas para remédios e fornecem também pastagens para as vacas e animais de transporte na época da seca. Além disso, os camponeses podem cercar certos trechos das terras comuns para a plantação de mandioca. Mas a cerca não é o sinal de propriedade privada. "São apenas cercadas (como todas as outras) para que o gado não as coma. Contudo, o que dá base ao reconhecimento não é a cerca... e sim o trabalho que aí é realizado. Para a concepção camponesa é o trabalho humano

que dá origem a posses e direitos sobre determinados bens.” (8:90)

Uma outra forma de apropriação comum verifica-se em relação aos barreiros — fundamentais para a indústria doméstica de utensílios — que podem situar-se tanto nas chapadas como nas grotas. O usufruto dos barreiros é socializado.

Às vezes, o barro pode ser vendido, “contudo, a um preço irrisório... O barreiro é considerado um bem social a exemplo do que ocorre com a água, que não pode ser destruído ou danificado” (8:99).

Esta forma de apropriação da terra — entendida como natureza — escapa totalmente às formas de apropriação privada capitalista, organizadas a partir da obtenção da mais valia. Trata-se de uma propriedade pessoal visando à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, onde a terra (natureza) aparece como uma extensão das condições subjetivas dos indivíduos. O indivíduo define-se através da apropriação individual ou coletiva da terra. Esta apropriação é um pré-requisito da sua existência. “Assim, originalmente, propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas tem uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio, e, objetivamente nestas condições inorgânicas naturais de seu ser” (14:85).

A identidade do indivíduo passa pela terra; ela só se define a partir da terra. Isto fica evidente através dos depoimentos dos camponeses. “O mió está no que é da gente. Eu venho prá cá por precisão. Aqui a gente está no meio de desconhecido. Lá não, lá a terra é da gente, é o meio da gente”. Percebe-se que além da terra, a identidade é mediada pelo “meio

da gente”, pela comunidade a qual pertence. O indivíduo se sente um estranho fora do seu meio. “Aqui a gente está no meio de desconhecido. Deixá a família não é bom não, a gente sabe a dor que sente”. “Não dá prá ficá longe da família. Se eu pudesse eu queria quietá por lá, junto com a minha gente. Eu queria um conforto prá gente ficá com a terra e não queria sair de lá”. O que é mió mesmo é a terra da gente. A mió coisa que tem é trabaia lá no que é da gente, morá no que é da gente. “O que eu queria era ficar lá e ter condições de cuidar a terra lá e não precisá vir prá cá. A gente vem contrariado. A gente queria ter força lá, trabaiaando junto com a família”. “Tenho uma vida enrolada. Não queria ser empregada, quero ficar na minha terra, prantá as coisinhas da gente. Eu queria ficar lá com os parentes da gente, a gente fica muito sentido sem eles, eu queria ficá na terra... O certo é a gente cuidá do que é da gente, ter a força prá tocá a terra. Isso é que dá certo.”

Todos os depoimentos mostram que, as condições reais de vida destes camponeses são pautadas pelas condições naturais da sua produção que se assentam em dois elementos fundamentais: a sua existência enquanto membro de uma comunidade, “o meio da gente”, e a sua relação com a terra que representa a posse individual ou familiar. Esta apropriação da terra pode dar-se pela simples posse, herança ou compra, “que longe de ser uma transação monetária que reflita a valorização da mercadoria terra, é muito mais um rearranjo, em algumas comunidades, da distribuição das terras entre as famílias camponesas” (8:89).

São estas condições reais de vida que determinam as formas de sua consciência, expressas através de suas representações e de suas idéias. Veremos, mais adiante que, em virtude do assalariamento temporário, estas representações assumem um caráter dúbio, fruto da situação contraditória em que vivem os camponeses neste momento.

Foi, portanto, neste “meio não-capitalista” que se verificou a implantação dos Planos do Estado para assegurar



a penetração e consolidação do capital, impingindo à organização sócio-econômica camponesa um processo acelerado de desarticulação, que não se completou. A resistência dos camponeses, expressa através do assalariamento temporário, que, por sua vez, ajusta-se às necessidades da reprodução de outros capitais situados fora deste espaço, explica a não finalização deste processo.

O principal elemento desarticulador foi a apropriação privada capitalista das terras comuns inserida num processo de acumulação primitiva\* dominado pela violência institucionalizada do Estado garantidor deste processo, em benefício das grandes empresas que passaram a deter metade das terras do município. Isto destruiu a organicidade das condições naturais da produção camponesa, empurrando-a para o interior dos estreitos limites das terras individuais.

Às barreiras estruturais da exploração camponesa — exigüidade do lote, aumento da população, diminuição da fertilidade da terra, partilhas através do sistema de herança, etc. — somam-se às consequências deste processo desagregador, facilitando pelo analfetismo, isolamento e estreiteza de suas relações sociais e pela ausência de uma organização política que pudesse fazer frente à expropriação das terras comunais. “As terras que o povo não cuida, eles tiram”, dizem os camponeses. “Eles” significam as grandes companhias como Gillete e Suzano, segundo os depoimentos. Além disso, o fato da propriedade da terra — segundo os camponeses entrevistados — não ser legalizada através das escrituras, facilitando, assim, a ação espoliadora das grandes empresas que, somado ao desconhecimento da extensão da parcela pelo fato de que a noção de pro-

priedade é definida pelo trabalho, imprimiu a este processo um caráter violentador. Mesmo que não tenha havido a ação dos grileiros, ou seja, a violência aberta e explícita, a expropriação deu-se pela violência na medida em que ela quebrou a unidade produtiva camponesa, usurpando-lhe uma parte de seus meios de subsistência.

A perda das terras comuns foi acompanhada da desestruturação do artesanato doméstico que, em grande parte, retirava daí a matéria-prima — madeiras, barro, etc. Este fato obrigou os camponeses a inserirem-se no circuito do mercado de produtos fabricados pelas indústrias capitalistas e, conseqüentemente, no circuito monetário. Em se tratando de uma economia de auto-subsistência e de quase ausência do dinheiro — uma vez que apenas o assalariamento passava pela troca monetária —, esta dependência do mercado de produtos, que, antes eram produzidos por eles próprios, veio a reforçar a necessidade do “salário complemento”, do “trabalho acessório” fora da unidade camponesa\*\*. Em 1983, estimou-se que 6 mil pessoas saíram de Minas Novas para trabalhar na colheita do café e corte da cana na região de Ribeirão Preto.

Muito embora esta acumulação primitiva tenha se manifestado, para muitos, através da imposição da emigração definitiva, da venda ou abandono da propriedade ou da usurpação das terras comuns e até mesmo das individuais, para outros, ela incidiu no incremento do assalariamento temporário, que engendrou um processo contrário, ou seja, o da resistência ao processo de expropriação. O assalariamento temporário passou a ser o elemento imprescindível de conservação da posse da terra.

\* Entendemos que a acumulação primitiva não ocorre apenas na fase anterior ao M.P.C. mas que ela é constitutiva da história e não só da pré-história do capital.

\*\* Isto foi constatado pela própria composição dos dois grupos. O grupo dos mineiros era constituído por um grande número de mulheres que haviam deixado seus filhos com parentes, ou por mulheres solteiras e também por casais e homens solteiros ou casados que deixaram as mulheres e filhos. No grupo dos baianos havia também famílias inteiras, homens sem a presença de mulheres, que deixaram os filhos e solteiros.

Este processo reproduzido no bojo da reprodução do capital assume um caráter contraditório. Por um lado, o fato de o indivíduo só se definir enquanto tal, a partir da apropriação da terra e enquanto membro da comunidade de origem, cria uma barreira ao avanço do capital, na medida em que se engendra o processo de resistência. Por outro lado, isto é extremamente benéfico ao capital da agricultura capitalista absorvedora desta mão-de-obra, sobretudo porque o assalariamento temporário é introduzido pelos camponeses como uma necessidade para manter a apropriação da terra.

Isto implica o fato de que este capital não necessita expulsar estes trabalhadores no momento do término das safras. Eles retornam “por livre e espontânea vontade” ao seu local de origem. Este retorno existe tanto ao nível das expectativas dos que ficaram, quanto daqueles que partiram. Para este capital, interessa, portanto, *manter* e não expropriar o que sobrou das condições naturais de produção destes camponeses. Sendo despojados das terras comuns, do artesanato doméstico e aumentada a sua dependência em relação à economia monetária, o assalariamento temporário é visto como complementar, como “precisão”, como necessidade.

Esta situação ficará mais clara na parte final deste trabalho, quando faremos a análise ao nível das representações, da consciência destes camponeses face as contradições que são fruto de suas reais condições de vida.

Resta-nos, neste momento, definir as relações destes camponeses com a agricultura capitalista, não só no espaço em que vendem a sua força de trabalho, mas também no seu espaço-reprodutivo.

Lenine define este estrato da massa camponesa como camponeses-proletários (11), que premidos pela insuficiência das suas terras são cada vez mais levados à venda da força de trabalho, onde o salário funciona como subsídio, como comple-

mento da produção obtida no seio da unidade camponesa.

BARTRA (1) propõe, com base no exemplo mexicano, uma interpretação mais abrangente da relação destes camponeses com a agricultura capitalista. “Sobretudo o setor destes camponeses-proletários que somente regressam a sua parcela para os cultivos e a colheita e cuja produção destina-se exclusivamente ao auto-consumo, tem sido definido como um extrato semiproletário que *complementa* suas rendas como proletários com o auto-consumo e *subsídios* com seu salário seu trabalho como agricultores” (1:109). Bartra propõe a seguir sua análise. “Quando afirmamos que a maioria dos camponeses, que são ao mesmo tempo assalariados temporários, *complementam* sua renda como agricultores com o que obtêm com o salário... nos baseamos no fato de que os produtos de sua parcela e a renda que lhes trazem são, em geral, seu *núcleo regulador e seu ponto de partida* (grifo nosso). A força de trabalho que se leva ao mercado é somente aquela que sua parcela não pode absorver e a renda que aí se busca obter é somente a diferença entre a renda agrícola própria e a renda necessária para a subsistência” (1: 109).

Fica evidente que a unidade camponesa *regula* a oferta de força de trabalho para o capital. Mas, a nosso ver, esta *capacidade reguladora* é determinada pelas necessidades de reprodução da unidade camponesa inserida na esfera de reprodução do capital. Em outros termos, embora concordemos com o raciocínio de Bartra, pensamos que estas unidades não são autônomas ou meros apêndices do capital. Elas possuem uma reprodução que é dependente da reprodução do capital. É o capital que determina a sua inserção na economia monetária e que lhe impõe novas formas de produção e de reprodução.

A força de trabalho que o capitalista explora não se refere apenas aos trabalha-

dores engajados no processo imediato da produção, mas ao conjunto dos camponeses, isto é, aos outros membros da família que ficam na unidade produtiva. A unidade camponesa continua sendo, apesar do assalariamento, a unidade básica da reprodução desta força de trabalho. A parcela proporciona uma série de bens e serviços que não são quantificados em dinheiro, mas que não poderiam ser cobertos pelo salário, tais como a casa, alimentos, alguns produtos da indústria doméstica, tais como a rapadura, farinha de mandioca, tapioca. Estes produtos se fossem incluídos no valor da força de trabalho, não permitiriam ao capital as altas taxas de exploração postas em prática. Então, esta força de trabalho é paga abaixo de seu valor.

É interessante não perder de vista o fato de que, em geral, os trabalhadores rurais no Brasil recebem salários muito aquém das necessidades de sua reprodução enquanto força de trabalho. No entanto, o que especifica a exploração dos camponeses é que o valor de sua força de trabalho fica mais ainda diminuído porque o capital não assume os custos da maior parte dos valores que entram na sua reprodução, valores estes produzidos pelos membros da unidade familiar.

Assim sendo, a exploração destes camponeses faz-se sistemática e permanentemente e não apenas temporariamente, no momento do processo produtivo. É desta maneira que interessa ao capital a conservação destas unidades, não como auto-suficientes, mas como dependentes do “salário-complemento” ao mesmo tempo, capazes de, parcialmente manter e reproduzir a força de trabalho exigida pelo capital em certos meses do ano. Daí a importância da unidade camponesa enquanto *unidade familiar de produção*. São os outros membros da família ou os parentes que permanecem na parcela que arcam

com a manutenção e reprodução desta força de trabalho. O salário cobre apenas a reconstituição desta força de trabalho.

Meillassoux afirma, ao analisar a realidade africana, que o capitalista apropria-se, ao mesmo tempo, no caso dos camponeses que se assalariam temporariamente, da mais valia e da renda trabalho. “A renda subsiste porque a importância paga pelo patrão cobre apenas a reconstituição imediata da força do trabalho. É o que os capitalistas avisados designam por “salário complemento”... (a renda) resulta da transferência gratuita de uma força de trabalho produzida na economia doméstica para o setor de produção capitalista... a mais-valia resulta da exploração da força de trabalho do produtor comprada pelo capitalista” (15:187-188).

Esta é uma outra forma de exploração do trabalho pelo capital. Não pretendemos, aqui, homogeneizar esta forma de exploração com aquela que se observa em relação aos bóias-frias, impingindo a estes camponeses o carimbo de trabalhadores assalariados. A nosso ver, as diferenças de formas de exploração determinam diferentes formas de reprodução, e, conseqüentemente, diferentes formas de lutas e de resistências.

Pelos depoimentos, fica evidente que o capital não arca com a manutenção e reprodução destes camponeses. O grupo mineiro, no seu conjunto, definia o salário como necessário para pagar o armazém, onde são comprados os produtos de sua subsistência — remédios, roupas, alguns utensílios, sal, querosene, açúcar e até mesmo alimentos que “às vezes fartam” como o feijão e arroz. Em geral, as mulheres que recebiam salários inferiores aos dos homens, afirmavam que não “sobrava nada”, depois dos descontos com a viagem de ida e volta\*, com as despesas de alimentação e compra de panelas para o pre-

\* Cr\$ 160.000 no mês de junho era o custo da passagem de ônibus (ida e volta) de Minas Novas a Altinópolis. Afirmaram que não comiam durante a viagem, porque não tinham dinheiro.

paro da comida. Os homens garantiam que era a "conta" de pagar o armazém e restituir o dinheiro emprestado ao dono do armazém para a viagem\*.

Entre os baianos, houve alguns que afirmaram que o dinheiro seria empregado na compra de animais ou mesmo na eletrificação. Outros, a maioria, disseram que o salário era para a compra de roupas e as "coisas de precisão".

Apesar destas diferenças, é possível entrever que o salário recebido cobre apenas um parte da renda necessária para a subsistência. A outra parte recai sobre a unidade camponesa.

Retomando o raciocínio de Meillassoux, verifica-se que a apropriação do excedente pelo capital passa-se no momento do processo produtivo (mais-valia) e no momento da produção nas unidades camponesas. Trata-se, nos dois casos, da apropriação do tempo de trabalho excedente, e não de produtos que contenham este excedente de trabalho.

A transferência gratuita do tempo de trabalho refere-se ao tempo empregado na produção dos meios de subsistência pela unidade familiar. Este tempo é apropriado pelo capital, dado que ele é utilizado para a manutenção e reprodução desta força de trabalho. Ao se apropriar de força de trabalho como mercadoria, o capital apropria-se deste tempo de trabalho nela contido e que nada lhe custou, isto é, ele não paga o valor desta mercadoria, dado que ela foi produzida e continuará sendo reproduzida — fora de seu espaço. Esta é, portanto, uma das grandes vantagens que o capital vê na conservação destas unidades, na medida em que ele pode se apropriar desta renda-trabalho produzida para a reprodução destes camponeses.

A outra vantagem desta forma de exploração do trabalho pelo capital é a dife-

renciação que se estabelece a nível do mercado de trabalho, que coloca barreiras à unidade política do conjunto dos trabalhadores, aspectos estes que serão retomados no curso do trabalho.

Esta forma de exploração redefine as relações de reprodução no seio destas unidades. De um lado, elas lutam para conservar a terra, resistindo ao processo de partilha, "morando todos juntos", evitando o crédito "para não perder a terra", não aceitando os programas estatais\*\* e, de outro, aceitando o processo de assalariamento temporário como resignação e resistência à proletarização. Neste contexto, redefinem-se as relações de solidariedade com o grupo de parentesco e de vizinhança. As práticas de ajuda mútua, de trocas de dias de serviço, do mutirão, frequentes no momento produtivo, estendem-se, agora, à guarda dos filhos menores quando as mães ausentam-se e ao reforço de "morar todos juntos" para evitar que poucos membros fiquem, quando os outros saem.

É neste quadro contraditório de ir e vir, de luta pela vida e pela terra que estas unidades continuam se reproduzindo. É neste mesmo sentido que, paradoxalmente, não interessa ao capital expropriá-los inteiramente, transformando-os em trabalhadores livres.

## MINAS NOVAS E CACULÉ: O QUE OS DADOS REVELAM ESCONDENDO

Como dissemos, em linhas atrás, retomariamos os indicadores sociais e econômicos de Minas Novas, a partir dos dados censitários. Para efeito de exposição, apresentaremos também os dados sobre Caculé, tentando uma aproximação comparativa entre as duas regiões de origem.

\* O dinheiro é emprestado sob juros altíssimos. Um dos camponeses nos disse que emprestara Cr\$ 100.000 e que deveria devolver Cr\$ 200.000 no prazo de dois meses. Se o prazo fosse ultrapassado, teria que pagar mais.

\*\* O exemplo da comunidade de Macedos que se opôs à adesão ao Programa de Desenvolvimento, é uma forma explícita de resistência. Retomaremos este dado mais adiante.

*Os indicadores da “pobreza”*

Mostramos, anteriormente, que o Estado justificou a implantação dos Programas de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, porque se tratava de uma região de “pobreza absoluta” e, que, portanto, seria merecedora da “ajuda” governamental para elevar o nível de vida destas populações.

Desconhecemos, neste momento, se Caculé foi atingida pelo mesmo tipo de “ajuda”. No entanto, os dados censitários e os depoimentos não revelam nenhuma tomada de decisão neste sentido.

A análise dos dados mostrará que apesar de algumas diferenças, as duas regiões apresentam características comuns relativas às deficiências e aos aspectos sociais e econômicas.

*Os aspectos sociais*

A alfabetização atinge em Caculé 47% da população (35% dos homens da área rural) sendo que desta porcentagem apenas 20% completaram o curso elementar e

10% foram além deste nível. Em Minas Novas, 32% da população é alfabetizada (25% dos homens da área rural) sendo que 27% completaram o curso elementar e 6% foram além deste nível.

O analfabetismo aparece nos depoimentos como um elemento que impõe barreiras ao entendimento de certos acontecimentos, tais como greves, reforma agrária, representando algo que ultrapassa as suas capacidades, algo externo, conforme veremos a seguir.

O serviço de abastecimento de água em mais de 80% dos domicílios é feito sem canalização interna, sendo que 50% da água utilizada provém do poço ou nascente. Caculé é uma cidade que não conta com rede de esgoto e em Minas Novas ela atinge apenas 6% das residências. Mais de 80% dos fogões são a lenha e 33% das casas de Caculé possuem luz elétrica, enquanto apenas 12% das casas de Minas Novas beneficiam-se deste serviço.

O uso do rádio existe em 11% da população e a televisão em 3% dos do-

QUADRO 1 — Estabelecimentos e Área, segundo a propriedade das terras.

Cidade	N.º de Est.	Área	Individual		Condomínio ou Sociedade de Pessoas		Sociedade Anônima ou Responsabilidade Ltda.	
			Est.	Área(ha)	Est.	Área(ha)	Est.	Área (ha)
Caculé	1.303	43.451	1.302	43.431	1	20	—	—
Minas Novas	3.463	121.804	3.285	62.351	159	4.309	9	55.143

FONTE: Censo Agropecuário — Bahia e Minas Gerais, 1980, item 53 — Propriedade das terras segundo as mesorregiões, as microregiões e os municípios. FIBGE., vol. 2, tomo 3, Ba, n.º 15 e MG n.º 16, 1.ª Parte, 1983.

micilios em Caculé, e apenas em 1% em Minas Novas.

A existência de uma emigração, temporária ou definitiva, imprime uma forma específica de composição destas populações, onde o número dos habitantes com menos de 15 anos atinge em Caculé 43%, em Minas Novas 39%.

#### *Os aspectos econômicos*

Caculé tem como forma quase exclusiva (99,95% da área) de propriedade da terra a forma individual, enquanto que em Minas Novas, como já vimos, 45% das terras estão nas mãos de nove Estabelecimentos classificados como Sociedade Anônima ou Responsabilidade Limitada, conforme mostra o Quadro 1.

O nível de mecanização é extremamente baixo.

Em Caculé, 70% dos estabelecimentos utilizam animais para as tarefas agrícolas, enquanto 8 tratores servem a 32 estabelecimentos (2,5%). Em Minas Novas, esta situação é ainda mais precária: 5% dos estabelecimentos contam com animais. Existe aí também uma maior concentra-

ção dos tratores em número de 47 que servem a 28 estabelecimentos. Estes dados revelam que enquanto algumas propriedades possuem mais de um trator, quase 90% dos estabelecimentos não contam sequer com um animal para trabalhar a terra.

Esta situação transparece nos depoimentos "Lá a gente roça o mato, destoca, planta. Não tem esterco, não tem nada, adubo, nada, nem remédio prá matá as formigas. O adubo é a folha do mato, é a folha do mato que esterca". Todos os camponeses entrevistados de Minas Novas nos afirmaram que não possuíam animais empregados nas tarefas agrícolas. "Sai porque tava ficando apertada a condição financeira. Custo de vida, carestia, era muita e a gente não tinha também o que vender".

Quanto ao tamanho da propriedade, observa-se que a pequena propriedade é predominante nos dois municípios. Em Caculé, 81% dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha e em Minas Novas esta cifra é de 95%, conforme o Quadro 2.

O Quadro 2 — revela a extrema concentração de terras nas duas áreas, havendo em Minas Novas uma única proprieda-

QUADRO 2 — Grupos de Área Total, segundo os municípios.

Grupos de Área Total em Ha	N.º de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos (Ha)	
	Caculé	Minas Novas	Caculé	Minas Novas
de 1 a menos de 10	436	1.951	1.899	13.625
de 10 a menos de 20	327	921	4.174	13.132
de 20 a menos de 50	293	429	8.428	13.541
de 50 a menos de 100	149	84	9.776	6.319
de 100 a menos de 200	63	30	7.751	4.466
de 200 a menos de 500	31	25	8.981	9.526
de 500 a menos de 1000	4	9	2.440	6.945
mais de 1000	—	4	—	54.249

FONTE: dados retirados do Censo Agropecuário — Bahia e Minas Gerais — 1980 — item n.º 68 — Grupos de Área total, segundo as mesorregiões, as microrregiões e os Municípios — FIBGE, vol. 2, tomo 3, Ba n.º 15 e MG n.º 16, 1.ª parte.

de dedicada a silvicultura, com 32.384 ha, ou seja, 26,5% da área total do município.

As atividades agrícolas têm um peso bem maior do que as outras. Caculé conta com 15.478 habitantes, dos quais 60% estão vivendo no campo, enquanto que em Minas Novas, 80% dos seus 27.504 habitantes residem na área rural. Em Caculé, 47,4% e 44,1% das atividades são relativas à agricultura e pecuária, respectivamente e, em Minas Novas estas porcentagens são 36% e 29,6%; a silvicultura ocupa aí, como vimos, um lugar de destaque.

A pecuária tem como principais rebanhos os bovinos, seguidos dos suínos e eqüinos. As principais culturas são o milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e a mandioca. As indústrias domésticas existentes são as de farinha de mandioca, rapadura, polvilho e queijo.

Nas relações de trabalho, a forma predominante não é o assalariamento já que das pessoas que trabalham com mais de 10 anos de idade, 60% o fazem sem receber salário. Quando há o recebimento de salário, ele é bem reduzido, pois 25% desta população recebe até um salário mínimo.

Este fato pôde ser verificado nas entrevistas. “O serviço lá (em Caculé) é um pouco difícil... prá nós que mora na cidade é um pouco difícil. Então, de vez em quando arrumamos serviço na roça porque na cidade nunca arrumava. Na cidade não tem serviço”. “A gente vai trabalhar por dia na base de Cr\$ 4.000 a Cr\$ 4.500”. “Trabalhava numa cerâmica lá (Caculé). Fazê teia, broco, tijolo também. Lá era Cr\$ 3.000 por dia”. “Lá (Minas Novas) não tem serviço. Na cidade pagam Cr\$ 30.000 por mês prá empregadas”. “Venho prá cá porque não há outro jeito. Prá comprá gordura, querosene, pagá o armazém. A gente tem que sai se não não paga o armazém”. Algumas mulheres entrevistadas nos disseram que em Minas Novas só havia o garimpo, isto é, “trabalhar” com a batéia o dia todo para vender

as pedrinhas no armazém, como forma de “conseguir algum dinheiro”.

As entrevistas nos revelaram que existe um grau de diferenciação do pauperismo entre estas duas áreas. Em Caculé há a incidência das secas, responsáveis pela fraca produtividade da terra. “Em termos de lavoura, lá é bom prá lavoura. Mais cereais, sabe, feijão, arroz, milho, mandioca, lá é bom. Aqui tem que adubá a terra, né. E lá não, lá a gente não usa isso. Sê chuvê, o que plantá dá. Deus que me perdoe, mas até pedra se plantá dá. Até pedra. Aqui se planta um café, cana, eles adubam. Quando tá bom o tempo lá- é melhor do que aqui, gente mesmo planta, gente colhe, vende, troca”.

Os camponeses de Minas Novas foram unânimes em afirmar que o assalariamento era necessário para pagar o armazém, pois a terra já não é mais suficiente para atender as necessidades da produção de seus alimentos.

Alguns baianos justificam o “salário complemento” para a aquisição dos meios de produção da subsistência: animais, eletrificação.

Apesar desta diferenciação das condições de reprodução, os dois grupos se identificam a partir da natureza de suas relações com a agricultura capitalista. Tanto numa unidade, quanto noutra, há a apropriação da renda trabalho e da mais-valia pelo capital e a reprodução delas é medida pela reprodução do capital. Ao nível do discurso, aparecem as diferenciações e semelhanças, como veremos mais adiante.

## A AGRICULTURA PAULISTA: PONTO DE CHEGADA

O Município de Altinópolis está situado no Nordeste do Estado de São Paulo, pertencendo à DIRA de Ribeirão Preto. Caracteriza-se como possuidor de excelentes terras, sobretudo a terra roxa, própria para o café.

Por isto, o café foi o produto que marcou a história desta área, como prolonga-

mento da sua expansão através de Ribeirão Preto, em direção ao Norte do Estado, nos finais do século passado e início deste. As primeiras referências sobre café na região Mogiana, na qual se insere o município, foram em 1854, com a fraca participação de 2% do total produzido no Estado de São Paulo. Em 1886, esta porcentagem eleva-se bastante (entre 15 a 25%). Em 1920, a região produz 1/4 do café do Estado. Em 1935, há um ligeiro declínio (16%), em virtude da diminuição da fertilidade natural das terras (16:18 e ss.).

No entanto, se este declínio atingiu a região como um todo, o mesmo não se verificou em relação a Altinópolis, cuja produção cafeeira aumentou no período da crise. Em 1920, existiam 1201,70 alqueires plantados em café, em 1934, 2025,00 e em 1940, 2.295,54. O número de cafeeiros era em 1920, 2.236.500, em 1934, 3.906.200 e em 1940, 3.443.314. (3:79). Isto deveu-se evidentemente à ocupação de novas terras férteis no município.

O café, como em toda a região, determinou o povoamento no município. Em 1920, a população era de 8.823 habitantes, em 1934, de 11.047 e em 1940, 10.154. A população rural em 1934 era de 9.248 habitantes e em 1940, 8.123, portanto a grande maioria (2:5).

O café continuou ao longo das décadas seguintes sendo o principal produto do município. A partir de 1960, houve a erradicação dos velhos cafeeiros e a introdução de uma nova maneira de produzir, caracterizada por maiores espaçamentos, novas sementes, emprego de fertilizantes etc. Isto deu um grande impulso à produção. Em 1978, havia 15 milhões de cafeeiros, passando o município a ser um dos primeiros produtores de café do Estado. Esta produção diminuiu, nos últimos anos devido às geadas. Em 1983, segundo dados do I.E.A. havia 10.000.000 de pés produzindo e 1.000.000 de pés novos. Em 1984, estes números caem para 7.000.000 e 700.000, respectivamente. Em 1985, devido ao aumento dos preços do café, houve nova euforia na plantação de novos pés. Segundo estimativas da Casa da Lavoura, 1.000.000 pés teriam sido plantados neste ano com perspectivas de um maior número para 1986.

As grandes transformações na maneira de produzir ocorreram no período de 1960-70. Em números índices o emprego da mecanização salta de 100 em 1960 para 462 em 1970. O número de tratores passa de 38 em 1960 para 112 em 1970, atingindo em 1980, 441, registrando um aumento de quase 400% nesta década.

QUADRO 3 — Uso de fertilizantes, de defensivos e práticas de conservação do solo — Altinópolis — 1980.

Estabelecimentos	Estabelecimentos				Informantes			Práticas de Conservação do Solo
	Fertilizantes				Defensores			
	ADUBOS			Calcário	Total Animal Vegetal			
	Total	Químicos	Orgânicos					
395	356	350	292	237	380	249	309	

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário 1980 — S.P., vol. 2, Tomo 3, n.º 19, 1.ª parte.



Em 1980, a grande maioria dos estabelecimentos utilizava fertilizantes, defensivos e práticas de conservação do solo, conforme o Quadro 3.

Estes dados mostram que 98,3% dos estabelecimentos utilizavam adubos químicos, 82,0%, adubos orgânicos, 69,9%, defensivos para animais e 86,8%, defensivos para vegetais. As práticas de conservação do solo atingiam 87,2% do total dos estabelecimentos.

Em relação à estrutura agrária, ela sempre se manifestou, bastante concentrada, desde as origens de Altinópolis. Em 1920, as propriedades com mais de 500 ha, ocupavam 37,1% da área do município, em 1940, 71,13%, em 1960, 66,26%, em 1970, 57,45% e em 1980, 52,6%. Em 1980, apenas 8,9% dos proprietários dominavam mais da metade das terras do município, de acordo com os dados do Censo Agropecuário. Os números da concentração podem ser vistos no Quadro 4.

As terras são apropriadas, em sua grande maioria, por proprietários individuais. É bastante reduzido o número de estabelecimentos ocupados por posseiros ou arrendatários.

A partir de 1980, inicia-se no município a plantação da cana-de-açúcar.

Em 1981, existiam 2.000 ha desta cultura, em 1982, 7.000 ha e em 1983, 8.000 ha. A propagação canavieira deu-se em virtude da implantação do Pró-Álcool e de novas usinas de açúcar e álcool, situadas nos municípios vizinhos de Serrana e Mococa.

Vejam, agora, a forma pela qual estão estruturadas as relações de produção nesta agricultura.

Até 1960, a maior parte da população (65%) achava-se concentrada na área rural. Em 1970, esta porcentagem cai para 51,02% e em 1980 para 42%. O êxodo rural foi uma das primeiras conseqüências das transformações verificadas na maneira de produzir desta agricultura. As relações de trabalho baseados no colonato, no trabalhador residente cederam lugar aos trabalhadores paus-de-arara\*, domiciliado na periferia da cidade.

Em virtude do grande número de cafeeiros existentes, Altinópolis passou a ser a partir da década de 70, uma área de atração para o trabalho durante a colheita do café, e, mais recentemente, também durante o corte da cana.

Em 1978, existiam 2.000 trabalhadores paus-de-araras residindo na cidade. No entanto, a este número foram acrescidos 2.000 trabalhadores vindos do Norte do Paraná, 2.000 de Minas Novas e 2.000

QUADRO 4 — Grupos de área total — Altinópolis — 1980.

Superfície	Est.	%	Área	%
0—10	35	8,8	126	0,3
10—20	26	6,6	408	0,5
20—50	89	22,5	3.084	3,8
50—100	67	17,0	4.734	5,8
100—200	78	19,8	11.078	13,6
200—500	65	16,5	20.661	25,4
500—1000	21	5,3	13.914	17,1
+ 1000	24	3,6	27.204	33,5
TOTAL	395	100	81.205	100

Fonte: FIBGE — Censo Agropecuário, 1980, S.P., vol. 2, Tomo 3, n.º 19, 1.ª parte.

\* Assim são cognominados os bóias-frias no município.

da cidade vizinha de Batatais, durante os meses de maio a agosto, segundo as estimativas da Prefeitura local (18:318-319).

O Censo de 1980 mostrou que 1/4 do pessoal ocupado nas propriedades, corresponde aos trabalhadores temporários, onde a forma de emprego dominante é a empreita — 92,5% dos proprietários utilizavam o trabalho por empreita.

O emprego temporário existe durante todo o ano, embora aumente nos meses relativos à colheita, conforme mostra o Gráfico 1.

Estes números estão subestimados, pois eles não devem, forçosamente, incluir os trabalhadores queima-latas, que são em número muito maior do que os trabalhadores “do lugar”, conforme pôde-se apurar em 1978.

Portanto, este município apresenta as mesmas características do conjunto da região de Ribeirão Preto, quais sejam: agricultura modernizada, emprego de trabalhadores residentes na periferia das cidades e vindos de outras partes do país, durante alguns meses do ano.

O cenário da cidade modifica-se a partir do mês de maio, com a chegada destes milhares de trabalhadores com suas famílias ou não, e que, muitas vezes, permanecem muitas horas na praça e jardins, esperando por algum fazendeiro que os leve para a colheita do café ou algum empreiteiro que os contrate para o corte da cana. Este cenário é o mesmo nas cidades vizinhas, tais como Batatais, Brodósqui, Guariba, Barrinha, Jaboticabal, Taquaritinga, Motuca, Sertãozinho etc. É interessante notar que estes trabalhadores não permanecem o tempo todo no mesmo município, eles circulam por outros, desde que haja oferta de trabalho e que os preços dos salários sejam melhores. Outro

fator é que nem sempre todos os membros da família migrante permanecem no mesmo local, conforme pudemos constatar nos depoimentos. Em geral, os solteiros e os mais jovens são preferidos pelas usinas para o corte da cana\*. As mulheres e os mais velhos são engajados na colheita do café, por se tratar de um trabalho “mais leve”.

A chegada destes trabalhadores e a sua inserção no mercado de força de trabalho provocam várias transformações de caráter econômico e social nestas cidades. Uma delas é a concorrência em relação aos trabalhadores do “lugar”. Aproveitando-se da grande oferta de mão-de-obra, os proprietários baixam os salários. “A concorrência é a expressão mais acabada da guerra de todos contra todos que assola a sociedade burguesa moderna. Esta guerra, guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade mas também os diferentes membros dessas classes” (4:113-114).

Estes trabalhadores — “os de fora” são os que recebem os salários mais baixos, como já mostramos. Por outro lado, a sua presença deprime os salários dos “do lugar”, aumentando, assim, as taxas de exploração em favor do capital.

Por outro lado, a presença destes trabalhadores provoca uma maior procura de certos produtos, sobretudo relativos à alimentação, o que gera um aumento de preços, dificultando, ainda mais, a situação de vida deles e dos demais.

É o momento em que o “comércio local aproveita para aumentar todos os dias os preços dos produtos”. Esta situação aumenta o grau de descontentamento, que nos últimos anos, tem se manifestado através de conflitos e greves em toda esta

\* Segundo um dos depoimentos, as usinas realizam exames médicos antes do contrato de trabalho para evitar que trabalhadores doentes, sobretudo os chagásicos — muito freqüentes entre os mineiros — fossem empregados.

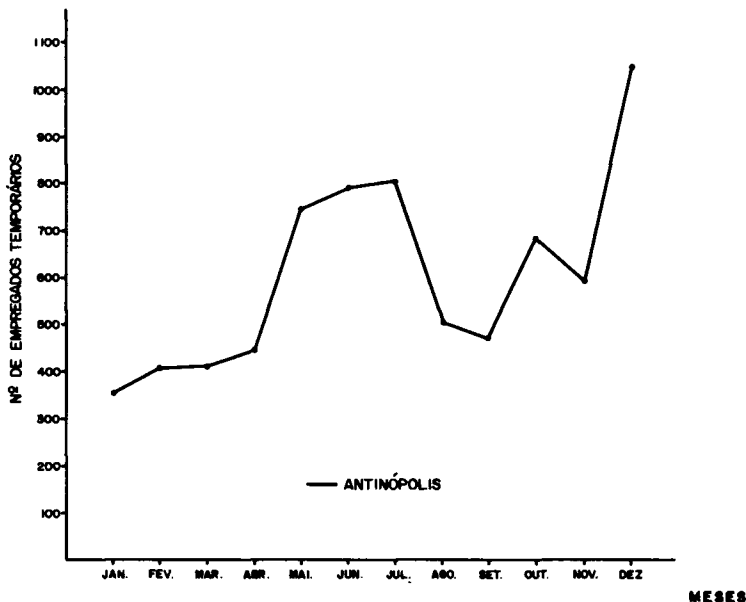
região. Aliado a isto, os trabalhadores “do lugar” percebem que a chegada dos “de fora” abrevia o tempo das colheitas, diminuindo, assim, as suas possibilidades de garantia de emprego por um prazo maior. A saída, imediata desta situação é vista através das greves e conflitos, que pouco a pouco, vão perdendo a espontaneidade e, vão sendo fruto de uma organização política mais sólida (5).

A classe dos proprietários procura, em contrapartida, evitar a unidade política destes trabalhadores. Uma das táticas utilizadas é o isolamento no interior das fazendas, nos barracões, dos queima-latas. Este isolamento, além de facilitar a não-coesão política, possibilita aos proprietários o pagamento de salários mais baixos do que os pagos aos paus-de-araras locais.

Mesmo no momento do processo produtivo, eles são isolados. Argüidos sobre os possíveis contatos com os trabalhadores “do lugar”, eles nos disseram que não os conheciam, que nunca os viam, pois, trabalhavam em cafeeiros diferentes. O mesmo desconhecimento fazia-se sentir em relação aos salários dos outros. Pelo fato de irem à cidade, apenas para comprar alimentos, torna-se ainda mais difícil o contato entre eles.

A contradição gerada pelas condições reais de vida dos queima-latas — camponeses e trabalhadores — provoca uma ambigüidade ao nível de sua consciência, e da definição de sua determinação de classe. É neste sentido que a sua participação define-se mais pela posição de classe, no momento em que eles são absorvidos no

EMPREGADOS TEMPORÁRIOS POR MESES DE EMPREGO.



FONTE: F.I.B.G.E - Censo Agropecuario, 1980

processo de trabalho desta agricultura. Em todo caso, estas cidades transformaram-se, nos últimos anos, no "locus" desta luta, determinando uma nova reorientação da relação rural-urbana.

## PONTO DE PARTIDA E PONTO DE CHEGADA:

### *Resignação e Resistência*

O caminho percorrido neste trabalho revelou como o capital, mantendo racionalmente uma articulação entre formas de produção distintas impõe suas determinações ao processo de trabalho camponês. Converte as áreas camponesas em viveiro de força de trabalho para os setores agrícola e urbano-industrial, agiliza a expropriação dos camponeses, embora mantendo sob seu domínio determinadas unidades de produção de subsistência, ao mesmo tempo em que cria e recria diferenças entre a força de trabalho assalariado, de modo a aumentar sua taxa de exploração e de mais-valia.

O contato com as condições de vida dos baianos e mineiros das regiões de Caculé e Minas Novas, nos permite considerar que os dois grupos têm em comum o fato de não terem sido plenamente expropriados dos meios de produção, nem estarem totalmente inseridos no mercado capitalista de trabalho. Têm em comum uma vida de muitas andanças devido à migração forçada. Distinguem-se pela diferenciada capacidade de reprodução, pela maneira como vivenciam o próprio processo de proletarianização.

Os mineiros podem ser encarados como o proletariado-camponês que só recebe do capitalismo os meios para a reconstrução imediata de sua força de trabalho, mas não para sua manutenção e reprodução, meios que ele procura nos marcos da economia doméstica (15:189), mantendo uma produção de subsistência a nível familiar.

Os baianos apresentam distinções no interior do grupo. Parte deles à semelhança dos mineiros, ainda dispõe dos meios de produção, embora estes não lhes garantam os meios de reprodução ou o mínimo para a reconstituição de suas necessidades; outra parte já se proletarianizou, principalmente no caso dos filhos e dos mais jovens.

Tais distinções podem interferir no grau de consciência e nas representações ideológicas destes dois segmentos. Interessa-nos, nesta parte, analisar esta perspectiva, discutindo seu ciclo de vida e de trabalho: seu vínculo com a terra, com a família, a maneira como encaram o retorno ao seu lugar de origem e a vinda à região de migração, o sentido dado as suas andanças, que varia da resignação à exteriorização de manifestações de resistência, expressas em ações isoladas e um espaço aberto — não propriamente pelo grupo investigado — para uma reação organizada.

Diante de um quadro de pauperização, cujas conseqüências parecem agravar-se no caso dos mineiros, o assalariamento acaba se convertendo em uma manifestação de resistência dos camponeses, resistência no sentido de expressar a maneira através da qual viabilizam a defesa da terra, da vida, da moradia, da família, de um limitado espaço de autonomia.

Resistência no sentido de garantir-lhes a volta à terra; espaço de sua identidade e de reconquista dos próprios laços perdidos da solidariedade familiar e vicinal.

O ciclo de trabalho dos dois grupos está centrado na região de origem no trabalho familiar, na economia de subsistência. O ciclo de vida acompanha tal circuito, o que se reflete na importância dada à família no campo das representações ideológicas dos queima-latas.

É o ciclo da existência da família que estabelece as possibilidades de busca de

um trabalho assalariado auxiliar. Quando saem, é a mulher, a filha ou outro membro da unidade familiar, com predominância do sexo feminino, quem comanda a continuidade do preparo da roça.

Do ângulo do capital, as andanças dos queima-latas visando ao assalariamento, compatibilizam-se com o movimento da acumulação, que também se efetiva através de sua dominação sobre processos de trabalho não capitalistas, resultando na reprodução subordinada das unidades camponesas (15). Interessa ao capitalismo contar com uma força de trabalho dócil, disciplinada que, encarando o assalariamento como uma atividade provisória, não se identifica com a categoria e com suas lutas.

Os queima-latas não renunciam ao seu projeto de continuar trabalhando seu pedaço de terra, aceitam sua condição de assalariado como uma necessidade a qual se resignam para poder dar continuidade a sua estratégia de sobrevivência na e pela terra. O assalariamento apenas permite a reprodução, no mesmo nível, da exploração camponesa, nada significando em termos da conquista de uma autonomia face ao movimento do capital ou à possibilidade, já perdida, de dar outro comando a sua unidade produtiva.

“A gente queria ter força lá” parece expressar a vontade de lutar pela sua autonomia e mudar as regras de um jogo, no qual seu próprio espaço de andanças é determinado pelo movimento do capital.

Evidentemente, não é por livre escolha que se vêem obrigados a alocar parte da força de trabalho de que dispõem para fora da unidade familiar de produção. Sua vida é a expressão da dependência, da subordinação a uma rede de amarras criadas pelo capital. Sua resistência não lhes garante a afirmação da autonomia. A esperança de realização de um projeto de autonomia aparece envolta em categorias de incerteza.

Objetivamente, as condições de independência do seu processo de trabalho já lhe foram retiradas pela dominação que lhe é imposta. Sob controle, sem poder interferir no seu ciclo de trabalho, sujeita-se a viver longe de sua família, da terra, porque se assim não for, não terá como sobreviver.

“Ganhar a vida” significa ter condições de reproduzir a força de trabalho familiar, “comprar alimentos, remédios, pagar as dívidas dos armazéns”. Esta atividade, ainda que sob a forma de um trabalho atomizado, define-se como parte de um processo de cooperação familiar.

O presente e o futuro definem-se nos marcos do trabalho e da volta à terra.

Nas suas representações ideológicas, o fato de trabalhar como assalariado passa a ser encarado como algo necessário para ele, para a família, para a manutenção da unidade doméstica e para a reprodução de todos.

Mesmo vivendo em condições péssimas, sem dispor do próprio espaço físico da moradia que todos têm que compartilhar — com raras exceções — aceitam o *assalariamento*, não a condição de classe do assalariado, como um “mal” ou um “bem” necessário, procurando se adequar às regras do jogo. Redefinem o trabalho a que estão objetivamente constrangidos como uma atividade que se faz necessária para manter o vínculo com a terra.

A migração surge cedo, passa a ser incorporada ao seu cotidiano como uma alternativa quase que inevitável às condições insatisfatórias de vida, à impossibilidade da produção familiar arcar com as exigências sociais da Reprodução.

“A gente vem quando sabe que dá prá ganhá uma grana a mais por aqui. É só assim que a gente pode ajudá um pouco. O pobre tem que sai mesmo, ficá dentro de casa não tem jeito. Si ganhava lá o suficiente prá sobrevivê, ficava lá na casa da gente mesmo.”

O trabalho assalariado não é representado por eles como a negação de sua autonomia. Quanto à negativa às condições de trabalho apareceu a nível ideológico, a mesma foi associada à idealização da situação vivenciada na sua terra, à troca de experiências societárias, ao convívio em família, ao lazer em comum, idealização esta que pode atenuar as potencialidades de expressão da resistência.

A vida de “cá” é encarada com Resignação, apesar de não poderem desfrutar de qualquer instância de sociabilidade e limitarem o seu tempo ao ciclo de um trabalho atomizado. A vida de “lá” é marcada por laços afetivos e diretos, pelo contato com a família, pela solidariedade, pela recomposição de uma identidade perdida ou fragmentada no período de assalariamento.

Para melhorar esta vida “sem eira nem beira”, só mesmo o governo, encarado pela maioria dos queima-latas como o legítimo portador dos veículos de mudanças. Deus e o patrão contam também como agentes idealizados de uma mudança, que, muitas vezes, chega a ser atribuída a uma instância não bem localizada: “Prá miórá, só Deus, ou o Presidente, ou o patrão”. Para mudar de outra maneira precisaria de muito estudo, a mudança não depende deles próprios, da força possível da sua ação.

Representam a vida de forma cíclica como uma existência dedicada ao trabalho, que não resulta numa acumulação de riqueza, mas num caminho para a reprodução da força de trabalho familiar.

Interiorizam sua condição de subalteridade numa reação em que chegam a misturar-se resignação e resistência:

“Vim porque lá a fraqueza é demais, prá ver se ajuda um pouco. Não gostei. A viagem é dura. Saímo no escuro, o lugar da gente é mió, lá é que é o lugar da gente, não aqui.”

Expressam de forma diluída e fragmentária sua resistência, não chegando a

identificar seu opositor e o seu campo de lutas.

### *O preparo da volta*

Ao se referirem à sua terra ou ao seu lugar de oriegem, torna-se claro como suas relações sociais não parecem ter sido contaminadas pela lógica da mercadoria.

Não é o mercado quem comanda a vida da comunidade doméstica. Planta-se o que se vai consumir. Visa-se à subsistência familiar, não a comercialização. Suas relações sociais têm uma marca específica.

“Os laços de caráter pessoal que se manifestam através das práticas de ajuda mútua, das formas de solidariedade familiar, de vizinhança, de reciprocidade, de compadrio, de parentesco, ao lado das práticas políticas, religiosas e festivas, constituem a maneira pela qual a comunidade ganha sentido através das quais se faz presente” (8:93).

O parentesco reforça a interiorização de tais laços, sendo o agente de mediação privilegiado entre a ação econômica e a ação política camponesa.

As práticas e a maneira como o tempo e o trabalho se fazem presentes nas regiões de migração são distintas. Rompe-se o circuito de reciprocidade, o ciclo do trabalho passa a reger-se pela disciplina e pelo tempo do relógio. “Lá” não há uma rígida divisão do trabalho no interior da unidade produtiva, apesar das marcas de uma distinção de tarefas por sexo, distinção esta que mantém um grau acentuado de flexibilidade, sendo ciclicamente redefinida diante das necessidades dos pequenos produtores mineiros — homens e mulheres — e dos baianos de migrarem em busca de outras alternativas de trabalho.

Aqui, a divisão do trabalho é comandada pelo empregado ou pelo agente que fiscaliza o processo de produção.

Mineiros e baianos têm distintas condições de trabalho. Parece existir maior cumprimento dos “direitos” no caso dos baianos — o que pode hipoteticamente ser

conseqüência de sua relação mais direta, mais personalizada com os intermediários, que se colocam na posição de seus protetores, guardiães do seu dinheiro e do seu destino.

No caso dos mineiros, o retorno é previsto e mantido como um componente préfixado pela vida da unidade camponesa. No caso dos baianos, a perspectiva de retorno parece variar em função da situação etária. Os mais velhos, casados, apesar das dificuldades enfrentadas na terra de origem, colocam a volta como uma condição necessária e desejada, confiando na perspectiva de regressar com uma certa quantia em dinheiro que lhes permita manter ou melhorar as condições de vida.

Os jovens, solteiros, mesmo sem perder o vínculo com a família, revelam no nível de consciência manifesta uma certa oscilação. De um lado, pensam em permanecer nas regiões agrícolas ou em deslocar-se para centros urbanos, justificando esta opção como fruto das dificuldades enfrentadas no lugar de origem. Ocorrendo tal situação, tratar-se-ia de um caso de migração definitiva, quando eles se instalam no setor capitalista de produção. De outro lado, mesmo sofrendo o impacto de uma socialização visando ao assalariamento, depositam suas expectativas na volta à terra.

Costumam mandar, principalmente os baianos, através dos companheiros que voltam, contribuições em dinheiro para os membros da família que permaneceram na terra. A separação física, em quaisquer dos casos, não se traduz em um afastamento social da família. A referência às saudades, ao lazer de "lá", à solidariedade, mistura-se a idealização da volta, mesmo que seja a passeio, para ver a família e/ou participar das festas religiosas.

As relações de dependência pessoal e não contratual permeiam as representações dos dois grupos.

"Deixá a família é a coisa pió que tem. Não tem jeito de esquecer. Não bebo, porque se bebe, é pió, faz aumentá o sofrimento."

Se o processo de individualização da força de trabalho, típico da proletarianização, tende a desarticular a família enquanto unidade produtiva, nas representações dos queima-latas, a família é o locus privilegiado, tanto enquanto espaço produtivo, como reprodutivo. Entretanto, suas andanças forçadas acabam por gerar conseqüências negativas para a própria integração da família. O tempo do relógio, do dinheiro, do trabalho "sujeito" exige dos queima-latas reservar à família o pensamento dos domingos ou a senti-la como parte de uma volta que deve ocorrer, apesar da "precisão" da vinda.

Os mineiros, na reivindicação de melhores condições de trabalho e de vida, colocam claramente como alvo a situação de "lá" e não "daqui".

"Um financiamento do Banco ia ajudá, mas nunca mexi num Banco. Pode dar uma zebra e a gente aí perde tudo. Porque Banco, a senhora sabe, eles não perde. A gente tinha que miorá a situação lá e não aqui. A genti tinha que ter recurso prá trabaiá com maquinário."

No caso dos mineiros e de parte significativa dos baianos, a luta é para a defesa de sua unidade produtiva, que lhes assegura ainda que não integralmente as condições sociais de reprodução. No caso dos baianos mais jovens, pode-se lutar pela maior integração no sistema capitalista e, nestes termos, a resistência passa a ser canalizada pela busca de um lugar no circuito da lógica das relações de produção capitalista.

Em ambos os casos, interessa ao capitalismo manter tais segmentos como viveiros de mão-de-obra mais barata, tendencialmente mais dócil, mais facilmente absorvível pelos agentes diretos e indiretos do despotismo capitalista.

A resistência dos queima-latas não chega a comprometer os rumos do sistema. Encontra sua expressão na maneira como se referem ao tempo de lá" e ao tempo de cá. O "tempo de lá" é a expressão da autonomia, da identidade que se

perderam nos marcos de uma progressiva expropriação. O “tempo de cá”, ainda que necessário, implica uma atomização, em uma perda de solidariedade. As diferentes representações do tempo trazem a marca de distinção de sua condição de “classe”, distinção esta reforçada pelo capital.

No grupo dos mineiros, muitos declararam que vêm há mais de 30 anos.

“Vim por precisão. Lá, é a terra da gente, aqui é o desconhecido.”

Os baianos que parecem ter um padrão de vida melhor também já vieram por sucessivas vezes, afirmando, principalmente os de mais idade, a vontade de voltar. “O ruim da gente é mió que o bom do outro.”

A resistência pode aparecer na expressão do desejo — mais acentuado entre os mineiros e entre os baianos mais velhos — de que a situação mude para não ser mais necessário sair de lá. Poucos se referiam ao financiamento como um agente necessário para a concretização desta mudança, ainda que os baianos, em minoria, chegaram a admitir ter acesso à ajuda do Banco.

De maneira geral, a marca da impessoalidade gera incertezas e o Banco é referido como uma engrenagem desconhecida.

### *O preço da vinda*

Não fica bem caracterizado se a marca do conhecido interfere na sua decisão de buscar trabalho. Entretanto é bem visível o jogo de sucessivos mecanismos de exploração a que se submetem nesta busca. Empréstam dinheiro para a viagem, geralmente do dono do armazém que lhes fazem vales das dívidas, sujeitando-se ao pagamento de um juro duplicado.

Trabalham sem registro, sem contrato — com algumas exceções no caso dos baianos — num sistema de empreita, sob o qual não mantêm qualquer controle de autonomia. Não sabem com certeza de quanto é seu ganho, nem chegam sequer a

pensar em se utilizar dos mecanismos para fazer valer seus “direitos”. Resignam-se às regras ditadas pelo empregador como se as mesmas fossem naturalmente parte da condição do assalariado.

Na situação das mulheres que migram, o quadro de exploração tem contornos bem definidos. Parece tratar-se de mulheres chefes de família que têm negado, na prática, a partir das suas necessidades, a tese de que à mulher está reservado o espaço doméstico e um caráter subsidiário, de ajuda, na reprodução da força de trabalho.

“Eles não procuram muito as muié, mas elas vêm assim mesmo, porque precisa.”

O preço da proletarização temporária é sentido como um duro fardo.

“A vida é dura dura... a gente que é mãe não pode largá os fio assim, a gente precisa ficá junto deles. Mas, trazê, como? não dá, é muito duro, não sabe o que fazê.”

A impotência de não ter outros recursos para suprir, ainda que mal, as necessidades familiares, chega a ser encarada com resignação.

“A gente não tem saída. É preciso vir, a terra é fraca. Tem que pená prá podê pagá as dívidas.”

“Vim por precisar. A gente chora adoidado.”

Não têm medo das andanças, elemento constitutivo de suas histórias de vida.

“A minerada sai e fica em todo lugar, é destino da gente. Sempre foi assim.”

As andanças e a vida dos queima-latas trazem a marca da incerteza: incerteza do tamanho da área de sua terra, dos salários, dos direitos, da própria idade. Esta incerteza combina-se muito bem com um circuito de progressiva perda da identidade e com a situação de estarem no “meio-termo”, a caminho de uma possível proletarização.

Este ciclo é justificado e aceito com um grau maior de resignação do que de resistência.

“Passo aqui até falta de cumê prá pôde sobrá alguma coisinha. Se não aperrear, não sobra nada.”



Pedem a Deus saúde e dinheiro, não importa sob que condições. O fato de não terem contrato nem registro não é encarado como privação. Diante disto, o patrão, sem problemas, utiliza-se das artimanhas de reter a carteira sob o pretexto de estar providenciando o registro para impedir que se façam presentes quaisquer mecanismos de reivindicação dos “direitos”.

#### *A luta do “outro”*

Apesar da situação de carência e de estar seu ciclo de vida e de trabalho regido por uma progressiva pauperização, não se identificam — isto foi uma tendência generalizada do grupo, independentemente da condição de baianos ou mineiros — com os movimentos dos assalariados.

O assalariamento, expressão de sua expropriação, pode ser encarado como uma forma de resistência à penalização deste processo, tanto é assim que não há nas suas representações ideológicas identificação com a condição de assalariado.

A greve é encarada como um recurso dos “outros”. “Não podem nem sequer dar palpites a respeito por não serem daqui”.

Esta “rejeição” deve ser pensada comparativamente aos mecanismos que estão sendo apresentados como estruturadores dos movimentos recentes de bóias-frias na região de Ribeirão Preto. Além de ela ser uma das regiões de maior concentração de assalariamento, e ter grande representatividade em face da produção álcool-açucareira nacional, há outro fator importante: a quase totalidade do contingente agrícola desta região é constituída de trabalhadores expropriados, num estágio avançado de assalariamento.

Os mineiros fixados nesta região estão-se proletarizando em ritmo acelerado, não apenas provisoriamente, vindo engrossar as fileiras dos bóias-frias. No caso dos queima-latas, ainda que seja possível delinear traços de uma progressiva expropriação, a situação é diferente: a proletarização não chega a ser vivenciada

como o parâmetro norteador de suas existências. Terminada a safra, não enfrentam, como os assalariados “puros”, a insegurança e o temor do desemprego da entressafra. Preparam-se para a volta, dispendo ainda da propriedade da terra, e portanto não aceitam o assalariamento como referencial de vida. Isto pode dificultar e/ou impedir uma avaliação crítica de suas condições de trabalho. Esta prática reforça-se em decorrência das estratégias utilizadas pelo capital para politicamente manter a força de trabalho empregada sob controle, segregada, de modo a impedir que se criem mecanismos de resistência.

Inegavelmente, são eficazes os mecanismos utilizados pelo capitalismo para impor direta ou indiretamente uma prática de divisão dos assalariados. Os mineiros e baianos são mantidos em espaços distintos, separados entre si e em relação aos assalariados da própria região.

Busca-se impedir que o contato de uns com os outros crie as condições objetivas mínimas para uma ação coletiva.

Parece haver uma certa preferência pelo contrato dos baianos, justificado pelo seu maior rendimento. Este argumento impregnado da ideologia dominante tem fundamentalmente um caráter político, inserindo-se nas estratégias defensivas utilizadas pelo capitalismo.

Os mineiros instalados na região de Ribeirão Preto, numa situação de maior proletarização, parecem ter agilizado os movimentos da região. Alguns foram encarados como cabeças de greve nos últimos movimentos grevistas. Há sempre o perigo da difusão de informações e a perspectiva — contra a qual o capital se defende — de esta resistência ser encampada pelos outros mineiros oriundos da mesma região.

A condição de eficácia da prática subjacente à ideologia dominante reforça-se quanto menor for a identificação dos queima-latas com os bóias-frias. A análise

dos seus depoimentos coloca alguns parâmetros para a reflexão: de como os queima-latas se referem ao campo da necessidade e da desnecessidade da greve.

“Lá não tem greve é a porcaria do serviço que traz a greve”.

Quando se referem à greve como decorrente das más condições de trabalho, há algo a considerar. A situação vivida na unidade camponesa, ainda que não seja suficiente para sua sobrevivência, não apresenta um quadro de espoliação, localizado nas diferentes formas de privação sofridas pelos assalariados.

Em outra dimensão, o fato de um mineiro ter-se referido ao sindicato como interlocutor dos movimentos grevistas ... — “é o sindicato que sabe disto” — revela que o mesmo reconhece a legitimidade deste órgão como representante dos interesses dos bóias-frias, ainda que não se inclua entre eles.

Justificam o não-entendimento face à greve como um problema de pouco estudo ou do pouco tempo em que estão na região. Esta referência ao “pouco tempo” parece demonstrar que eles têm consciência de que um movimento social de resistência se estrutura na base da solidariedade, da organização, da existência de um projeto comum, processo este que exige, sem sombra de dúvidas, maior tempo.

Numa posição de um certo receio em face das greves, colocaram-se aqueles que recusaram a possibilidade de sua participação quase como um dever, ao qual deveriam submeter-se.

“A gente viu as greves mas continuou cuidando da obrigação da gente.”

“A gente sai de longe prá ganhá um troco, num pode perdê.”

Por estes depoimentos, aparece uma reação de defesa, de medo dos riscos enfrentados em um movimento grevista.

Numa posição de extrema rejeição às greves, colocaram-se unicamente os trabalhadores que na verdade desempenham funções de capital, ou seja, têm sua práti-

ca social comprometida com a ideologia dominante.

“Greve é coisa de trabalhador que não tem cabeça.” “O governo é quem tem que fazer o salário”, numa demonstração de que, na sua concepção, acima da conquista conta a “outorga”.

Os mineiros entrevistados afirmaram não acreditar que a Reforma Agrária vá apresentar uma mudança substancial em suas próprias vidas, apesar de se referirem a ela como algo necessário para lhes ajudar, desde que a repartição da terra viesse acompanhada de outros benefícios. A “ajuda” possível, referida vagamente, não iria modificar sua condição de pequeno produtor em dificuldade, nem alteraria o ciclo de sua migração “forçada”. Neste aspecto, preferem atribuir a perspectiva de mudança em suas vidas a alguma outra interferência, não bem localizada, do Governo.

“A situação não muda com este plano, não. O que dá certo é ter força prá tocá as terras.”

Os baianos que mantêm o cultivo da terra chegam a referir-se à Reforma Agrária como “algo que já está perto de suas casas, o que exige que se cultive muito o terreno para não perdê a terra”. A perspectiva de repartir a terra aparece, ainda que vagamente, mesclada com a necessidade de se contrapor a esta possibilidade, através do trabalho, da labuta diária.

“Se não tem a terra, não dá prá vivê. Também o serviço é importante, é com o serviço que pago o armazém.” Não é questionado o fato de o armazém reforçar a exploração que lhe é imposta. O “serviço” que lhes permite pagar os vales dos armazéns é posto como uma dimensão necessária. Serviço e trabalho na terra complementam-se num circuito de subsistência, onde nem mesmo se garante a satisfação dos mínimos vitais.

### *O espaço do “outro”*

As condições de vida dos baianos e mineiros são distintas. Basta observar o es-

paço da moradia dos mineiros, para avaliar a precariedade de suas condições de vida.

Três famílias em média cozinham em cada fogão, há 12 camas em cada quarto. Não têm nenhuma privacidade. No caso dos baianos a moradia tem um contorno melhor, característica que aparece com mais frequência entre os trabalhadores que têm uma situação diversificada, exercendo a função de “vigiar e controlar” o processo de aciamento sob o comando do capital.

As privações do ciclo do trabalho e da vida são encaradas com resignação.

“Faltamos morrê de frio, mas o que se pode fazer? A gente “farta endoidá”. Aqui tudo é debaixo do poder do dinheiro.”

Admitem comer muito mal, aproveitando todas as sobras para não morrer de fome. O preparo da comida não é reservado às mulheres. Também os homens, principalmente os solteiros, realizam esta tarefa.

A necessidade do trabalho absorve sua existência, sendo deixado pouco espaço para o lazer, no ciclo do qual reproduzem a atomização vivida no trabalho. No domingo, lavam a roupa, remendam, cozinham o feijão. O tempo que seria de lazer é utilizado para suprir as necessidades de sua dupla jornada.

Aparecem nas representações ideológicas dos queima-latas traços da busca de uma solidariedade perdida. Andam pelas fazendas, sem rumo certo, para “ver se conhecem os vizinhos, se podem conversar”. Na cidade não encontram espaço. Só vão à cidade para fazer compras, sem pretender ocupar o espaço do “outro”. Mesmo no caso dos mais jovens, não há uma referência explícita ao desfrute do lazer cidadão. Apenas um baiano referiu-se ao fato de que o dia em que tem necessidade de algo diferente, vai à cidade “ver o campo de futebol”. O espaço urbano, diferente, não lhes pertence.

Entre os mineiros e os baianos mais velhos, o sentido de educação para o trabalho assalariado não permeia suas representações. Pelo contrário, parece existir uma certa recusa aos valores capitalistas. Penetram num meio onde predominam as relações mercantis, rejeitando-o e pautando suas expectativas pela volta ao mundo, onde não predominam os números e o circuito do dinheiro, onde o camponês realiza sua reprodução à margem do mercado de produtos industriais.

A reação contrária ao mundo mercantil, à impessoalidade predominante no meio capitalista, aparece na incerteza e na indefinição expressa quanto às categorias deste mundo. A incerteza do ganho, das horas trabalhadas, o desconhecimento do patrão, das regras do seu contrato, dos seus direitos, do valor das pedras, no caso de também dedicarem-se ao garimpo, vêm demonstrar como rejeitam ou consideram desnecessária a preparação para sua condição de assalariamento. A aceitação do trabalho assalariado, como alternativa difícil, porém necessária, não implica na interiorização da socialização de sua prática. Preferem o trabalho do café, por ser menos “duro”. O trabalho da cana, que pode ser visto como a expressão mais típica de assalariamento no Estado de São Paulo, é encarado como mais penoso, mais facilmente sujeito a acidentes.

A perspectiva de existir uma socialização antecipatória ao assalariamento pode aparecer entre os baianos mais jovens, para quem o mundo urbano, do dinheiro representa um relativo pólo de atração. Sob influência deste processo socializador e da ideologia subjacente ao espaço urbano, a identidade dos mais jovens pode deixar de ser pautada por valores camponeses. A volta à terra é encarada como um passeio, não como elemento de sustentação de sua identidade.

“Tem que vir pra onde ganhe mais.” “Aqui tem perspectiva de ganho, lá tem a família, mas preciso ganhá um troco.” “O tempo de lá não é bom prá

chuva, num sai lavoura. Aqui é miô.” “No tempo de lavoura lá, é bom prá tudo, tem fartura, é mais barato as coisas, mas quando aperta a seca lá, a gente trabalha fracassado.”

Na divisão entre o tempo das águas e o da seca, o tempo da fartura e do dinheiro, e o tempo da pobreza os baianos mais jovens acabam aceitando que a situação de trabalhar como bóia-fria pode lhes dar certos benefícios.

“Era bom se eu fosse um agricultor lá, mas como aqui é menos ruim, trabaiá de boia fria é bom prá gente ganhá um dinheirinho a mais.”

Tal opção é explicada pelo tempo ruim, pelo fato da região não ter fábrica, nem empregos seguros, pelo salário ser baixo e ficar toda a despesa por sua própria conta. De um lado, afirmam que aqui se tem que “comprá tudo” — resistência ao poder do dinheiro — de outro, dizem que “lá não tem condições de trabaiá que nem aqui”.

Suas expectativas parecem não se pausar pela manutenção da terra, mas pela busca de poder ganhar e comprar as “coisas” que têm vontade de possuir. A terra é colocada como fator de insegurança, o assalariamento como o dinheiro certo.

Entretanto, as contradições e as incertezas aparecem nas suas representações. Apesar de falarem que “aqui é bom prá trabaiá”, colocam a ressalva de transitoriedade... “é bom por um tempo”.

“Prá morá, é um emprego um pouco apertado.” “Na Bahia, é mais difícil prá tirá um troco a mais.” Tentam explicar esta oscilação entre a necessidade de ficar e a vontade de ir, como um vínculo inquebrável... “acho que é o costume da terra da gente”.

Esperam voltar para a Bahia, “tocá uma rocinha”, admitem as dificuldades da vida de lá “mesmo porque os fazendeiro num ajuda os pobre não” e, ao mesmo tempo, falaram em ficar, “prá ganhá mais”.

Na verdade, a incerteza do que esperam da vida é expressão da ambigüidade de sua condição de classe.

Os mais velhos representam diferentemente o “lá” e o “cá”. “Lá não usa adubá a terra, aqui tem que adubá”. “Lá se chovê, o que planta dá, até pedra”. “Lá prá vivê é miô, quando tá bom o tempo”. “A gente mesmo planta, colhe, vende, troca; quando dá, tem mais fartura”. “Lá não tem robô, nem violência”. “Lá é pleno conforto”, este fator é posto como sinônimo de tranqüilidade. “Lá tem a família, os amigos não substituem a família”. “Aqui, a gente entra no desconhecido”.

As manifestações não são homogêneas entre baianos e mineiros. Há baianos que se referem ao sossego “daqui”, ao fato de se dormir cedo, acordar cedo e não se sentir perturbado.

Apesar disso, as expectativas positivas colocadas diante da situação de origem, estão presentes nos dois segmentos.

“A minha casa de lá é melhó porque é minha. A ruim da gente é melhó do que a boa dos otro”. “Aqui, eu tô na terra do otro e nem fico sabendo de nada”.

“Aqui, tem que levantá cedo prá trabaiá” Esta afirmação parece mesclada com uma manifestação de resistência à disciplina do trabalho assalariado. “Lá, os filhos podem estudá — referência feita por um baiano — aqui não”. “Lá tem o que fazer nas horas de folga. A gente troca livro prá ler, tem televisão para assistir... todo dia tem reunião de família, é um sentimento danado”. “Lá, nós tem tudo. Cada um tem sua terrinha, tudo”.

As representações ideológicas dos baianos revelam que suas condições de vida tanto na comunidade de origem como na região de Altinópolis, são melhores.

Os dois segmentos concordam na consideração de que há diferenças entre o “lugar de se morar” e o “lugar de se ganhar dinheiro”.

“Prá se ganhá, é melhó aqui, prá morá, e lá mesmo”. Divergem na maneira como representam o “destino de suas vidas”, havendo maior grau de incerteza entre os mineiros. Entretanto, entre os mais velhos, que ainda mantêm um pedaço de terra, a condição de autonomia aparece em suas representações, reservada à situação lá vivi-

da. A posse da terra chega a ser referida como uma conquista fruto de sua própria força, do seu trabalho árduo, das dificuldades enfrentadas nas suas andanças.

“A lavoura é tocada a punho dos braço mesmo”.

### *A força do “outro”*

A força do “outro”, representado como o crédito, o Banco, o uso dos fertilizantes não lhes ajuda, sendo monopolizada pelos grandes proprietários.

Apesar de suas resistências não assumirem uma forma organizada de ação coletiva, os queima-latas têm manifestações contestatórias — isoladas em sua maioria — quando afirmam, por exemplo “ser ilusão sair zanzando pelas terras dos outros”. A vida, a realidade é “lá”, “aqui” é a ilusão, a transitoriedade. Lá, cada um tem sua terrinha, não precisa ter um trabalho “sujeito”, subordinado à disciplina do processo de trabalho capitalista.

A participação nos sindicatos nas regiões de origem, é referida nos depoimentos. “Lá, nois tem sindicato prá tudo”. A esta afirmação que parece demonstrar que é no seu lugar de origem que eles vão se valer de estratégias organizadas de resistência, sobrepoem-se outras que se referem ao pouco tempo de existência do sindicato ou demonstram uma relativa independência face a este órgão. A Igreja como instituição atuante no campo chega a ser referida como um instrumento de “defesa do lavrador”. Genericamente, a participação nos sindicatos parece ser fragmentária e não transpor os limites de um espaço legal, no qual chegam a penetrar — através do comparecimento às reuniões — sem se valer do mesmo para reivindicar uma legitimidade de representação adequada aos seus interesses de classe. Nos termos lukacsianos sua consciência traz no seu interior os limites de uma contradição insolúvel “espelho de sua condição de classe” (12).

Aqueles que têm uma situação mais privilegiada, trabalhando na condição de

empreiteiro, parecem ter perdido completamente a identidade com a terra, raciocinando mais como um agente do despotismo capitalista.

Salvo esta exceção, entre a resignação e a resistência, os queima-latas não sabem bem o que esperar da vida. “Deus é quem sabe”.

A resistência chega a estar presente a nível de verbalização, embora genericamente não surja em termos de uma análise consciente do fenômeno de exploração.

Seu discurso revela contradições e incoerências. O assalariamento, ainda que implique trabalhos pesados e extensas jornadas de trabalho, ainda que redunde em uma perda de autonomia, em uma dependência do patrão e dos seus agentes intermediários, os quais põem e dispõem sobre seus “direitos”, comandando seu ciclo de trabalho e de vida, é visto como inevitável, o que não significa que os queima-latas se identifiquem com os bóias-frias e com os paus-de-arara, condição representada pejorativamente.

A situação de expropriação parece não ser sentida como um perigo real ou como um processo que os pode expulsar definitivamente das terras.

À especificidade de sua condição de classe, a reprodução contraditória de um processo de trabalho não especificamente capitalista pelo modo de produção capitalista tem expressão em suas representações ideológicas, nas suas formas de consciência social.

A transitoriedade do assalariamento não é relacionada ao processo de expropriação em curso, a apropriação pela ideologia dominante dos valores subjacentes a sua prática social impede ou retarda uma reação coletiva de resistência, dificilmente internalizada pelos queima-latas. Suas manifestações isoladas de resistência pautam-se pela ambigüidade.

Reclamam da viagem dura, do afastamento das famílias, da incerteza do ganho, mas contraditoriamente, afirmam que o tempo vivido aqui pode lhes permi-

tir melhorar as condições vividas “lá”.

A noção de perda da autonomia aparece na maneira como se referem ao paradigma passado/presente, tempo “de lá”, tempo “de cá”, em termos de uma oposição entre uma situação idealizada na sua terra e um presente de privação, necessário para manter o pouco que se tem lá.

Os queima-latas sofrem, enquanto assalariados, tão intensamente a atomização das suas condições de trabalho e de vida — atomização fruto do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo — que seu tempo de vida e de trabalho passam a ser regidos por uma continuada fragmentação.

A vinda para cá não é bem fruto de uma decisão própria, mas explica-se pelo comando “invisível” do capital a que se subordinam, dadas as condições que lhes impedem de conseguir, através de sua terra, o mínimo indispensável para a reprodução de sua força de trabalho.

Sofrendo o impacto desta circularidade, a vida não é bem deles, o seu ganho é eventual; mora-se onde der, come-se o que for possível e a resignação os impede de pensar em como criar, por sua própria iniciativa, alternativas de mudança de vida.

O tempo vivido e trabalhado expressa-se em categorias vagas. O tempo “de lá” é diferente, tem conforto, fartura, o tempo “de cá”, do dinheiro é duro, tem o “ganho”, mas falta a outra dimensão da vida.

Não têm, na condição de assalariados, autonomia para mudar a rotina do seu ciclo vital. Não têm, na condição de pequenos produtores, autonomia para viver do que plantam.

Não aparece, em suas ações, um projeto de autonomia camponesa, nem a expressão de luta e defesa pelas reivindicações dos assalariados. A “contradição” de sua condição de classe, absorvida e alimentada pelo capital, expressa-se em sua consciência.

Há diferenças entre o “dito” e o “observado”, o que pode ser entendido como a faceta esperada de um discurso contraditório, como a existência de aspectos menos visíveis da prática dos queima-latas ou ainda, como manifestação de um certo receio de expressarem resistência às condições enfrentadas na condição de assalariado, ou mesmo exteriorizarem o que realmente estavam sentindo por estarem em um lugar desconhecido, sem estabilidade, em um caminho “escuro”.

Evidentemente, o fato de serem trazidos de fora, sabendo-se da existência de um excedente de mão-de-obra na região, implica na expectativa de uma “correspondência” no seu desempenho, quase um reconhecimento por estarem sendo “escolhidos em detrimento de outros”, o que deveria levá-los a não questionar a situação aqui vivida. Há implícita a exigência de uma docilidade, mesmo que esta dimensão não apareça manifesta explicitamente. Os dados de que dispomos não nos permitem ter afirmações conclusivas a respeito das práticas que são utilizadas para ser mantida sob controle tal docilidade.

A sociabilidade restrita, o trabalho duro, a incerteza sobre o que encontrar na volta, compõem um quadro muitas vezes definido pela impotência.

O tempo do presente não é interpretado por si mesmo, mas a partir de uma experiência vivenciada em outro tempo, no lugar de origem, no qual, apesar da labuta existir, as condições são encaradas como melhores. Entre a situação idealizada da volta e o presente de privação aparece, não muito claramente, um sentimento de perda — da identidade, da autonomia — e uma certa incredibilidade face à perspectiva de mudança.

Ao entrar no tempo do trabalho assalariado os queima-latas entram num mundo de desconhecidos, no qual o patrão, o intermediário, os próprios companheiros aparecem numa gama de invisibilidades,

reforçadas pela ótica da ideologia dominante.

### A “força” dos iguais

Resistências organizadas a esta condição aparecem na ação de outro grupo de mineiros — da comunidade rural de Santo Antônio dos Macedos, Município de Turmalina — que, em 25/10/83, na avaliação do programa especial de promoção de pequenos produtores rurais e de sua possível inclusão no mesmo, concluíram não ser este adequado aos seus interesses, apesar de toda a ideologia subjacente à ação do Estado e à introdução do planejamento na região (21:99-105). A contestação ao preço dos produtos, ao circuito de comercialização e à plantação propostos pelo programa governamental pode ser encarada como uma reação, até certo ponto, adequada aos seus interesses de classe.

... Nós qué é aquilo que come cozido, é disto que nós precisa, daquilo que planta, colhe no mesmo ano enchendo a barriga” (21:101).

Chegam a propor a reorientação do teor do programa governamental, para que o mesmo realmente ajude os lavradores. Os da representação do mundo desconhecido, o “medo” dos mineiros de mexer com os Bancos aparece como um componente necessário de sua resistência. ... “gente como eles era para ter medo mesmo do Banco, pois o empréstimo não era vantajoso devido a terra ser ruim e eles serem fracos”... Foi citado o caso de um lavrador que teve que vender suas terras e quase tudo para saldar sua dívida bancária.

O fato de admitirem sua “fraqueza”, seus limites e suas reais necessidades e incorporarem criticamente a ajuda governamental é parte de uma estratégia de reprodução não subordinada à política do Estado. Afirmam gostar das aplicações do programa, mas não ter condições de fazer

financiamento no Banco para plantar como recomendam os técnicos. Ao avançar além da constatação de suas dificuldades, sua estratégia pode ser concebida como a busca de afirmação de uma autonomia.

... “O sr. João colocou que talvez consigam se afirmar sozinhos, que inclusive estavam pensando na construção de uma Igrejinha lá, por conta deles” ... “Com certos compromissos, a gente fica com a barriga pelo meio, pendurados”, “com os recursos deles mesmos ficavam independentes, com a barriga cheia e não devendo a ninguém” (21:104).

Ficar com a “barriga cheia, sem dívidas”, lhes aparece como uma alternativa de sobrevivência, de organização autônoma, fruto de uma resistência coletiva.

O fato de Turmalina ser um dos municípios paulistas que apresenta significativa tradição na trajetória das lutas pela posse da terra pode interferir na criação de condições objetivas mais favoráveis para a manifestação de uma resistência coletivizada.

Outra forma de pressão possível, encaminhada por mineiros, através dos Sindicatos na condição de interlocutores, deve ser avaliada entre suas manifestações de resistência, ainda que não existam até o momento, em nossa pesquisa, elementos para se ter definições a respeito da participação ou ausência dos queima-latas neste processo (21:106).

Esta pressão, encaminhada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região, apoiados pelo CPT, FETAEMG e Secretaria do Estado de Minas Gerais, com a presença de 4.000 participantes, partiu da busca de uma estratégia de sobrevivência que garantisse ao trabalhador condições para permanecer no Vale. Através de discussões e propostas, denunciou-se principalmente a condição de vida dos migrantes no corte da cana em São Paulo\* submetidos a uma intensa exploração. Tal denúncia partiu de uma avaliação das

\* O fato dos queima-latas migrarem para a região do café não os isenta de sofrer igualmente condições espoliativas em seu trabalho.

condições estruturais determinantes de sua “migração forçada”.

Neste quadro, a falta de terra, as armadilhas utilizadas para impedir a legalização da posse, a escassez de opções de ocupação da mão-de-obra no período de entressafra, associadas a uma privação total no espaço produtivo-reprodutivo, nos dão conta das dificuldades que têm os mineiros para resistir à migração, lutando para permanecer na terra.

A Justiça e a Polícia, guardiães dos interesses do Estado, alternam-se e atuam para criar obstáculos aos trabalhadores rurais.

A Polícia Florestal age com rigor excessivo, punindo com multas o pequeno produtor da região. Posseiros são perseguidos. Sob o manto da lei, o Rural-Minas acaba protegendo grileiros e empresas reflorestadoras.

As leis trabalhistas não são cumpridas

e escamoteia-se o significado dos “direitos” para a cidadania do trabalhador.

Se o Vale do Jequitinhonha abre-se a um campo de contradições e injustiças — não exteriorizadas nas representações ideológicas dos queima-latas — a região paulista absorvedora desta força de trabalho deslocada, forçadamente, nada apresenta de idílico.

Se as denúncias de aliciamento e não cumprimento das condições propostas parecem incidir sobre a região de cana, foco de intensa exploração\*, na qual, à falsificação dos documentos, alia-se o roubo nos “vales” e no acerto das contas, não se pode afirmar que os queima-latas estão isentos destas injustiças. As manhas e artimanhas podem estar acobertadas e não serem questionadas, por viverem os queima-latas na expectativa de uma transição, sem “eira nem beira”, o que não impede uma mudança, por força do seu pontencial de lutas, em seus rumos incertos.

---

\* Este fato deve ser pensado na discussão das razões de estar nesta região a maior incidência de movimentos grevistas de bóias-frias.

---

SILVA, M.A.M. et alii — “Queimando-lata”: no way out. *Perspectivas*, São Paulo, 8:41-73, 1985.

*ABSTRACT: This paper analyses the form of work exploitation of the “queima-latas” in the agriculture of the state of São Paulo. It discusses their migration paths and their reproduction conditions.*

*KEY-WORDS: Capitalism and agriculture; rural proletariat; rural communities and capitalism.*

---



1. BATRA, A. — *La explotación del trabajo campesino por el capital*. Mexico, D.F., Ed. Macheual, 1979.
2. CAMARGO, J.F. — *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, USP, 1952. v.2.
3. *Idem ibidem*. v.3.
4. ENGELS, F. — *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Afrontamento, 1975.
5. FERRANTE, V.L.B., *et alii* — *As lutas sociais no campo no Estado de São Paulo: os conflitos rurais e a luta pela posse da terra*. 1985. (mimeo.).
6. FAURE, C. — *Agriculture et capitalisme*. Paris, Anthropos, 1978.
7. GERVAIS, M. *et alii* — *Une France sans paysans*. Paris, Ed. Seuil, 1965.
8. GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F. — *As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. Perspectivas, São Paulo*, 6: 85-100, 1983.
9. KAUTSKY, K. — *La question agraire*. Paris, François Maspero, 1979.
10. LENIN, V. — *Le développement du capitalisme en Russie*. Paris, Ed. Sociales, Moscou, Ed. du Progrès, 1974.
11. LENIN, V. — *Nouvelles transformations économique dans la vie paysanne*. Paris, Ed. Sociales, Moscou, Ed. du Progrès, 1977.
12. LUKÁCS, F. — *Histoire et conscience de classe*. Paris, Ed. de Minuit, 1960.
13. MARX, K. — *Le capital: livre 3*. Paris, Ed. Sociales, 1977. v.3.
14. MARX, K. — *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
15. MEIALLASSOUX, C. — *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto, Afrontamento, 1977.
16. MILLIET, S. — *Roteiro do café*. São Paulo, B.I.P.A. Ed., 1976.
17. MOLLARD, A. — *Paysans exploités*. Grenoble, Presses Universitaires, 1978.
18. SILVA, M.A.M. — *L'État et formes d'exploitation du travail dans l'agriculture pauliste: l'exemple d'Altinópolis*. Paris, I.E.D.E.S., 1980 (Thèse III Cycle).
19. SILVA, M.A.M. — *Trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado de São Paulo*. (no prelo).
20. VERGOPOULOS, K. — *El papel de la agricultura familiar en el capitalismo contemporáneo. Cuadernos Agrários*, Mexico, D.F., 9: 33-40, 1979.
21. VOLL, V.L. — *Ação do Estado e produção de subsistência numa região do Vale do Jequitinhonha*. Piracicaba, ESALQ., 1984. (tese — mestrado).